

MARILANE MENDES CASCAES DA ROSA

**SILENCIAMENTO DE SENTIDOS:
O TRABALHO EM (DIS)CURSO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem.

Universidade do Sul de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Ingo Voese.

TUBARÃO, 2005

MARILANE MENDES CASCAES DA ROSA

**SILENCIAMENTO DE SENTIDOS:
O TRABALHO EM (DIS)CURSO**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão – SC, 08 de julho de 2005.

Prof. Dr. Ingo Voese

Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. Dra. Rita Maria Diniz Zozzoli

Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dra. Mariléia Silva dos Reis

Universidade do Sul de Santa Catarina

*Ao meu esposo, José Wanderley, e a minha
filha, Lara, que viveram este sonho junto
comigo e sempre torceram para que esta etapa
pudesse se concretizar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que sempre esteve, ao meu lado, conduzindo-me o caminho.

Aos meus pais, Neri e Maria, pelo diálogo inicial de incentivo aos estudos.

Ao meu marido, José Wanderley, com quem pude contar nos momentos alegres e difíceis dessa caminhada.

A Lara, minha filha, que mesmo tão pequena soube compreender os momentos de ausência.

Ao orientador Ingo, meu amigo, pela dedicação e pelos valiosos ensinamentos.

Na ordem do ser, a liberdade humana é apenas relativa e enganadora. Mas na ordem do sentido ela é, por princípio, absoluta, uma vez que o sentido nasce do encontro de dois sujeitos, e esse encontro recomeça eternamente.

Mikhail Bakhtin

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo verificar de que forma textos utilizados em sala de aula abordam o tema trabalho e ver os silenciamentos de sentido. Para desenvolver a pesquisa, buscou-se auxílio, especialmente, nas teorias de Bakhtin (1992, 1997, 1998) e Thompson (1995). Os textos foram distribuídos de acordo com quatro vozes que falam de diferentes lugares sociais: a voz do poeta, a voz hegemônica, a voz do trabalhador e a voz da ruptura. Para listar os silenciamentos, procedeu-se ao cotejo dos textos, após o que, apoiada em Cotrim (1993), Voese (2003), Cavalcante (2002), Zozzoli (2002) e outros, a reflexão ocupou-se dos possíveis efeitos que os silenciamentos podem produzir na sala de aula, ou seja, a hipótese sustenta que o que os textos não dizem, mas que poderia ser dito, prejudica a formação de uma consciência crítica.

Palavras-chave: discurso, silenciamento, educação.

ABSTRACT

The present dissertation aims at verifying how texts used in the classroom approach the topic work, and observing meaning omissions. The theories of Bakhtin (1992, 1997, 1998) and Thompson (1995) were especially focused to make this paper. The texts were distributed according to four voices which speak on different social places: the poet's voice, the supreme voice, the worker's voice, and the voice of severance. In order to list the omissions, there have been the comparison of the texts, after what is supported by Cotrim (1993), Voese (2003), Cavalcante (2002), Zozzoli (2002) and others. The reflexion dealt with the possible effects that the severance can produce in classroom, that is, the hypothesis supports that what the texts don't say, but could be said, impairs a critical consciousness formation.

Keywords: discourse, omission, education

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: A evolução do trabalho.....	35
---------------------------------------	----

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	10
<u>2</u>	<u>DISCURSO, IDEOLOGIA E SILENCIAMENTO</u>	15
2.1	DISCURSO	15
2.2	IDEOLOGIA E SILENCIAMENTO	27
<u>3</u>	<u>O DISCURSO SOBRE O TRABALHO</u>	34
3.1	<u>O TRABALHO AO LONGO DOS TEMPOS...</u>	34
3.2	<u>O TRABALHO NA ATUALIDADE</u>	37
<u>4</u>	<u>ANÁLISE DE TEXTOS</u>	45
4.1	<u>TEXTOS SOBRE O TRABALHO QUE CIRCULAM NA SALA DE AULA</u>	47
4.1.1	<i>A voz do poeta</i>	47
4.1.2	<i>A voz hegemônica</i>	51
4.1.3	<i>A voz do trabalhador</i>	54
4.1.4	<i>A voz da ruptura</i>	65
4.2	<u>SILENCIAMENTO DOS SILENCIAMENTOS</u>	74
4.2.1	<i>Contexto de utilização dos textos: o silenciamento do não-dito</i>	75
4.2.2	<i>Silenciamentos</i>	79
<u>5</u>	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	86
	<u>REFERÊNCIAS</u>	96
	<u>ANEXO A – O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO</u>	99

1 INTRODUÇÃO

...que as palavras não sejam mais ocas. Que não se esconda com o verbalismo o vazio do pensamento; com o formalismo, a mentira da incompetência; e com o beletrismo, o cinismo da descrença... (Pierre Furter)

Antes mesmo que a educação formal se consolidasse em 1757¹, era de interesse da elite social que o povo não tivesse acesso a ela, pois quanto mais ignorante ele fosse, melhor seria para manipulá-lo. Propunha-se que “o que é de lei é que o povo seja guiado e não seja instruído” (Arroyo apud Frigotto, 2000, p. 33). Hoje, embora as teorias postulem o contrário, a situação não é muito diferente. Muitas pessoas são privadas do conhecimento da realidade social e, além disso, aquelas que têm acesso à educação não são esclarecidas o suficiente para perceberem e agirem de forma crítica em relação a problemas que se originam na sociedade. O homem não tem sido sujeito de sua história e vive cada vez mais assujeitado a uma sociedade alienante. E o meio para manter essa situação é um discurso pedagógico que não atua, especialmente, nas aulas de Língua Portuguesa, sobre o que pertence ao plano ideológico. Escapa, pois, em geral, à percepção tanto de professores como de alunos o fato de a ideologia silenciar os sentidos que não interessam ao grupo social a que ela se vincula.

¹ Dados históricos nos remetem que esta data possa ser justificada pelo documento “*Diretório dos Índios*, documento com o qual o Marquês de Pombal pretendeu legislar sobre a vida dos índios - primeiro só da Amazônia, depois de todo o Brasil - no período subsequente à expulsão dos Jesuítas. A intenção expressa, de ‘civilizar’ os índios, realiza-se através da imposição do português (...)” (Oliveira, 2000, p. 85). O documento ia contra a *língua geral*, o *tupi* ou *nheengatu*, desse modo, os índios e outros imigrantes eram obrigados a abandonar sua língua e adotar a língua oficial: português.

O discurso deve ser entendido como um acontecimento histórico-social e visto sempre numa relação dialógica, no entanto, o que se percebe é um ciclo monológico, pois é isso que importa ao grupo social hegemônico.

Freire (1980) sonha com uma educação libertadora e que desperte no homem a consciência e a auto-reflexão. A partir do momento em que isso acontecer, o homem será um agente crítico e transformador e também os silenciamentos ideológicos das palavras proferidas serão compreendidos.

O silenciamento de sentidos, entendido como aquilo que o autor de um texto não diz, porque opta por uma ideologia, surge como uma questão fundamental a ser discutida na linguagem. Embora se tenha consciência de que sempre haverá sentidos silenciados em um texto, porque se faz escolha por uma ideologia e não outra, é necessário que, de alguma forma, esses silenciamentos sejam mostrados, porque, assim, o indivíduo poderá ter uma postura crítica diante do texto e, conseqüentemente, diante da realidade social.

Por perceber a importância do discurso e por acreditar no sonho de Freire de uma educação libertadora, buscou-se fazer essa pesquisa, que tem como problema o silenciamento de sentidos que ocorre em textos que circulam em sala de aula e que abordam o tema do trabalho humano.

Justifica-se a escolha do tema, porque é pressuposto teórico que o trabalho é fundante do ser humano. Hoje, porém, está cada vez mais difícil de encontrar trabalho, pois “o desemprego invade todos os níveis de todas as classes sociais, acarretando miséria, insegurança, sentimento de vergonha...” (Forrester, 1997, p. 125), o que quer dizer que existe uma dificuldade não só para o homem adulto, mas especialmente para o jovem que, na escola, busca preparar-se para a vida.

Se diante dessa sociedade caótica o trabalhador não sabe o que fazer e sente-se ameaçado, mas não tem consciência do que realmente acontece à sua volta, é porque, em

algum momento do processo educativo, a escola falhou. Isso acontece porque a escola tem se apoiado em:

objetivos que resultam do olhar equivocado que vê o homem apenas como uma particularidade que precisa encontrar meios de sobrevivência num mercado cada vez mais restritor e exigente, como se esse fosse o traço mais importante da genericidade humana. Isto é: a “socialização” que subjaz à proposta da escola, reduz o homem a ser apenas mão de obra, pois, ao preparar o indivíduo para o mercado do trabalho, a tarefa se resume em dar-lhe uma certa competência para a disputa pela sobrevivência (Voese, 2003, p. 28).

Em outros termos, justifica-se a relevância desta pesquisa, porque as escolas em geral, na figura do professor, abordam o texto como se ele pudesse ter só um sentido e que poderia responder a todas as questões que um tema pode levantar. E isso deve ser visto como suspeito: há omissão quanto ao que o texto não diz, ou seja, silencia. Desse modo, o aluno passa a ver somente aquilo que o professor quer que ele veja, privando-o de perceber outros sentidos. Então, estudar os silenciamentos de sentidos nos textos é extremamente importante, pois, a partir desse conhecimento, alunos e professores lançarão sobre o texto um novo olhar. Quer-se que vejam um tema como, por exemplo, o trabalho sob diferentes óticas, porque os textos estão repletos de sentidos e veiculam diferentes discursos e ideologias. Percebendo-se os silenciamentos, os envolvidos no processo educacional verão que os textos são muito mais do que aquilo que já está dito. Dessa forma, estudar o silenciamentos dos sentidos poderá revelar às pessoas uma realidade diferente em que o homem não se comporte mais de forma passiva, mas crítica. Essa mudança pode ocorrer não só nos textos sobre o trabalho, mas também em outros.

Para que o homem viva de forma digna, além do alimento, ele necessita, também, desenvolver-se socialmente e a partir daí exercer sua autonomia. Por isso, justifica-se a importância de uma escola e, conseqüentemente, de um ensino que estejam voltados ao desenvolvimento de um cidadão inserido à sociedade, não apenas como uma mão-de-obra, mas como sujeito.

Para Freire (1980), o caminho para a mudança é o da educação, porque quando houver sujeitos conscientes de seu papel, com certeza, um novo rumo será traçado à sociedade. Para que essa idéia possa ser alcançada, é necessário, contudo, que, desde cedo, os educandos tenham uma postura ativa diante dos conhecimentos apresentados através dos textos, por exemplo, e, para isso, a função do educador como mediador é primordial. Assim, não só, mas, principalmente, a aula de Língua Portuguesa deve ser um lugar privilegiado para a análise dos textos. A linguagem não pode mais ser concebida de modo reducionista, isto é:

entendendo a sua função como instrumento de comunicação, suporte do pensamento, espaço de atividades dos usuários, evento cultural ou acontecimento etc., sem tomar como referência o processo de desenvolvimento histórico do gênero humano, ficam excluídas importantes questões sobre, especialmente, os efeitos que resultam do papel mediador que realiza o discurso (Voese, 2003, p. 26).

Constata-se, pois, que a linguagem é de extrema relevância e de que sua função está além de instrumento de comunicação. Por isso, justifica-se a presente pesquisa que tem como objetivo verificar os silenciamentos de sentidos nos textos utilizados na escola, propor um modo de revelá-los e discutir seus efeitos ideológicos. Desse modo, entende-se que analisados os silenciamentos dos textos, a aula de Língua Portuguesa, pelo fato de atuar sobre ações ideológicas, abriria espaço para uma atividade conscientizadora como entende Freire (1980). Assim, trabalha-se com a hipótese de que existem silenciamentos de sentidos nos textos e que, em geral, não são trabalhados em aula, o que se poderia chamar de um silenciamento dos silenciamentos.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos e apoiou-se, principalmente, em textos de Bakhtin, Freire, Thompson e Voese, entre outros. No primeiro, a introdução contextualiza a proposta de pesquisa e seus objetivos. No segundo capítulo, desenvolvem-se os conceitos de discurso, ideologia e silenciamento. No terceiro, conta-se a história do trabalho e como ele é concebido hoje. O quarto capítulo é dedicado à análise e discussão dos textos. E na última parte, tecem-se algumas considerações sobre os efeitos de procedimentos

de sala de aula e sobre perspectivas que a pesquisa pode alimentar para novas posturas pedagógicas, em especial, para trabalhos com textos nas aulas de Língua Portuguesa.

2 DISCURSO, IDEOLOGIA E SILENCIAMENTO

2.1 DISCURSO

Minha vida é um enunciado, portanto nada no discurso me é alheio.

(Mikhail Bakhtin)

A palavra discurso vem do latim *discursu* e significa “muito”, embora o prefixo *dis-* seja de negação, separação. O discurso nunca é o mesmo. O curso segue, mas o dis-curso “separa”, ou seja, renova-se, constrói-se a cada enunciação, a cada interação. É através do discurso que as interações são mediadas. E elas, de acordo com Bakhtin (1997, p.127), são processos puramente sociais: “a língua constitui um processo de evolução ininterrupto que se realiza através da interação verbal social dos locutores”. Isso significa que a língua não é morta. Ela tem movimento e história, assim como os indivíduos que a proferem.

Bakhtin diz que a palavra “discurso” não tem um conceito preciso para os lingüistas. Há muita confusão e dúvidas em relação a ela, ou seja:

a vaga palavra “discurso” que se refere indiferentemente à língua, ao processo da fala, ao enunciado, a uma seqüência (de comprimento variável) de enunciados, a um gênero preciso do discurso, etc., esta palavra, até agora, não foi transformada pelos lingüistas num termo rigorosamente definido e de significação restrita (1992, p. 292-293).

Bakhtin esclarece que isso ocorre devido aos poucos estudos efetuados, na época dele, sobre o enunciado e, conseqüentemente, sobre a comunicação verbal. Segundo ele, o

enunciado é a unidade real da comunicação verbal. E mais “a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma” (idem, *ibidem*, p. 293).

Diante das afirmações de Bakhtin, vê-se que o discurso, seja ele oral ou escrito, só existe, porque há um sujeito que o produziu. Assim, o indivíduo, através do discurso, torna a comunicação concreta.

Segundo Bakhtin, os discursos são infinitos e se ampliam e se desenvolvem sem cessar, porque os seres humanos possuem inúmeras atividades e essas são inesgotáveis. Embora cada enunciado seja único, ele está, porém, sempre inserido em um contexto e marcado pela realidade que o cerca.

Sobre o enunciado, Voese diz que “...qualquer enunciado deverá ser entendido não só quanto à estruturação interna, como também em relação às conexões que estabelece com diferentes esferas do gênero humano, o que corresponde a sua discursividade” (2004, p.11).

Assim sendo, o enunciado possui mecanismos internos que são determinados pelo meio social em que o indivíduo se insere e, por isso, o discurso é sempre irreptível, isto é, cada enunciado está fixado em contextos únicos, porque eles têm movimento e história.

Fiorin (1997, p. 77), ao se referir ao discurso, menciona:

a concepção do discurso como fenômeno, ao mesmo tempo, autônomo e determinado obriga a análise a voltar-se para dentro e para fora, para o texto e para o contexto, para os mecanismos internos de agenciamento de sentido e para a formação discursiva que governa o texto. A análise, embora não negue a relativa autonomia do discurso, não o vê como uma autarcia, pois a chave para sua inteligibilidade última não está nele mesmo, mas na formação ideológica que o governa. As determinações últimas do texto estão nas relações de produção. (...) Talvez não sejam apenas as coerções ideológicas que determinam o discurso. Afinal, a linguagem é um fenômeno extremamente complexo e multifacetado.

Ao mesmo tempo em que Fiorin concebe o discurso como independente e livre, ele, também, o vê determinado pelas inúmeras situações cotidianas e históricas. Livre, porque o indivíduo tem liberdade para proferi-lo. No entanto, essa autonomia está sempre vinculada ao meio social em que os indivíduos se inserem, logo sofre influência e a sua liberdade é uma liberdade condicionada.

Bakhtin não concebe o discurso fora do social, porque “estudar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação externa, é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está dirigido e pela qual ele é determinado” (1998, p. 99).

As pessoas, de maneira geral, vêem o discurso apenas como meio de comunicação. É preciso, no entanto, pensá-lo e entendê-lo como algo mais, porque, segundo Voese (2004, p. 3), “se a língua, porém fosse algo como um código, os enunciados deveriam remeter sempre a um mesmo significado, mesmo alterando-se, por exemplo, os contextos em que fossem produzidos”. É através do discurso que se constrói a sociabilidade humana e, por isso, ele não pode ser visto “apenas como uma possibilidade de comunicação, mas também de constituição da subjetividade e de exercício de um poder” (Voese, 2000, p. 14).

Ducrot (1977, p. 13), também, argumenta sobre essa questão e diz que “as línguas naturais não são códigos destinados à transmissão da informação de um indivíduo a outro, é ao mesmo tempo, admitir que todos os conteúdos expressos graças a elas são expressidos de maneira explícita”.

O discurso não é um código, uma vez que os conteúdos também se manifestam de forma implícita, pois nem sempre aquilo que é enunciado é o que quis ser dito. Desse modo, não se pode querer colocar a língua e, conseqüentemente, o discurso em uma fôrma, porque não é possível.

O discurso é a liberdade que cada um tem ao poder manifestar-se, pois o sujeito apropria-se dos discursos dos outros, mas não os reproduz igualmente. O sujeito faz escolhas,

ou seja, ele é livre porque tem autonomia para escolher entre alternativas, embora, muitas vezes, a sociedade restrinja e controle a atividade discursiva, pois nela circulam, privilegiadamente, os discursos que interessam à classe que domina. Mesmo assim, o sujeito não é assujeitado, pois ele interage com outros discursos, então, poder-se-ia dizer que ele é um “sujeito dialogal”. Voese (2000, p. 16) esclarece o termo liberdade e explica como o discurso deve ser visto.

A liberdade é, sempre, um projeto social e, por isso, no âmbito dela circula necessariamente também a noção do outro, o que dimensiona a importância do discurso porque suas características pressupõem o processo interativo, ou seja, implicam em atividade conjunta dos interlocutores, de tal forma que se pode considerar que ele garante tanto as possibilidades da liberdade da individuação como as da manutenção do instituído que sustenta a sociedade. O discurso, enfim, - devido à sua materialidade lingüística - não pode ser concebido fora da dimensão de que é, por excelência, um acontecimento que garante tanto o singular como o genérico, tanto a individuação como a socialização.

Ao valer-se do discurso, o indivíduo passa a se socializar, o que envolve relações dialógicas e ideológicas. A dialogia para Bakhtin são as relações que um discurso mantém com outros discursos. Para Machado (1995, p. 48), “Bakhtin situa a noção de dialogismo como fenômeno elementar do discurso romanesco e de toda relação que o homem mantém com o mundo através da linguagem”.

O dialogismo é o princípio básico da teoria bakhtiniana e o discurso é sempre um processo dialógico que se estabelece entre eu e o outro. A dialogia permeia todas as relações, o que explica que todos os discursos são polifônicos, na medida em que refletem, constantemente, os discursos alheios. Apreende-se e se constrói o discurso a partir das interações sociais que se tem com os outros indivíduos, por isso “a alteridade define o ser humano, pois o outro é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro” (Barros, 2001, p. 26).

O discurso é um constante ir e vir. É o fluxo intenso do fazer e refazer. Ele revela nossa busca incessante de certezas e respostas para as incertezas. É onde os sentidos se cristalizam e, ao mesmo tempo, transformam-se.

Pode-se dizer, pois, que o discurso, ao concretizar-se, promove a relação com o outro e, então, pelas atividades conjuntas as constantes transformações do que pertence ao universo social.

Nossa fala, isto é, nossos enunciados (...) estão repletos de palavras *dos outros*, caracterizados, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizados, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (Bakhtin, 1992, p. 314).

É, pelo fato de o indivíduo intervir e as vozes dos outros serem heterogêneas que o discurso é sempre um refazer, nunca está pronto, é incompleto. Assim sendo, fica difícil de marcar os limites de um discurso, de um determinado enunciante, de modo que, não se sabe exatamente quando começa e, muito menos, quando termina a atividade pessoal. Todavia, é por estar inacabado que os discursos evoluem, pois, desse modo, os indivíduos podem promover a renovação e fazer da sua atividade um processo de mediação do desenvolvimento humano. Segundo Bakhtin (1997), o discurso não tem um sentido único, ele é polissêmico. E, por isso, nas interações haverá, necessariamente, conflitos, pois quanto mais os indivíduos interagem, mais diferenças aparecem. É isso, porém, que é produtivo, porque o conflito pode gerar a mudança.

Através dos discursos se travam, então, lutas entre as forças sociais que estão sempre em conflito, porque ao interagirem, atuam com interesses diferenciados e com diferentes sentidos. Bakhtin esclarece que o discurso é o lugar onde esses embates mais acontecem e é por meio dele que a força social se sente realizada, pois “cada palavra (...) é uma pequena arena para o choque e cruzamento de acentos sociais diferentemente orientados.

Uma palavra na boca de um indivíduo particular é um produto da interação viva de forças sociais” (apud Clark e Holquist, 1998, p. 240).

E se o discurso é resultado das determinações sociais, ele é ideológico. Logo não é neutro, nem ingênuo e, por isso, é importante saber sobre suas manifestações que devem ser entendidas como um acontecimento também histórico e político.

Já, para Brandão, o discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos.

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. (...) a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais (1994, p. 12).

Por isso, pode-se dizer que o discurso é parte integrante do homem e da sua história, pois é pelo discurso que o homem é conhecido e é por ele que se constrói, exatamente porque o discurso é interação e é conflito que possibilita a mudança.

Stam fala do papel determinante do *locus*, ou seja, o lugar a partir do qual o indivíduo discursa.

O que vemos é determinado pelo lugar de onde vemos. Em se tratando de um diálogo humano, observa Bakhtin, posso ver o que você não pode ver (você mesmo, sua expressão, os objetos que estão por detrás de você) e você vê o que não posso ver (1992, p. 17).

Assim sendo, é a complementaridade entre a visão de um e a do outro que Bakhtin chama de diálogo, é a interação que faz com que as vozes sejam compreendidas. Esse processo dialógico se dá durante toda a vida do indivíduo. Então, o eu, para Bakhtin, e, conseqüentemente, o discurso se constróem em colaboração com o outro. É, por isso que Stam diz que “o eu humano, por analogia, não tem existência independente; depende do meio ambiente social, que estimula sua capacidade de mudança e resposta” (idem, ibidem, p.17).

Para Voese, o discurso não só realiza, mas também manifesta a socialização através da mediação que realiza, ou seja,

o homem se constitui, historicamente, como ser social, e o discurso reflete e implica isso. Estou, pois, afirmando que o discurso, devido às suas características, se faz imprescindível a qualquer processo interativo que vá se realizar dentro de uma sociedade heterogênea: ele convoca à socialização dos desejos dos indivíduos (2000, p. 51).

O discurso é, portanto, essencial para os homens, já que é através dele que o gênero humano se manifesta e se desenvolve. Ele é a mediação do que Duarte explica sobre a atividade vital.

A atividade vital é aquela que reproduz a vida, é aquela que toda espécie animal (e também o gênero humano) precisa realizar para existir e reproduzir a si própria enquanto espécie. (...) A atividade vital é a base a partir da qual cada membro de uma espécie reproduz a si próprio enquanto ser singular e, em consequência, reproduz a própria espécie. No caso do ser humano, a mera sobrevivência física dos indivíduos e sua reprodução biológica através do nascimento de seres humanos, assegura a continuidade da espécie biológica, mas não assegura a reprodução do gênero humano, com suas características historicamente constituídas. A atividade vital humana não é apenas uma atividade que assegura a sobrevivência do indivíduo que a realiza e de outros imediatamente próximos a ele, mas é uma atividade que assegura a existência da sociedade (Duarte, 1999, p. 28).

É, por isso, que o discurso, para Freitas, é um acontecimento dialógico, pois:

o enunciado pertence a um universo de relações dialógicas inteiramente diferentes das relações meramente lingüísticas. Enquanto a palavra e a sentença são uma unidade da linguagem, o enunciado é uma unidade da comunicação discursiva. Toda enunciação tem, pois, dois aspectos: o lingüístico que é reiterativo e se refere a um objeto pré-existente e o contextual que é único, tendo como referência novos enunciados (2000, p. 135).

O aspecto lingüístico sozinho não tem relevância, porque sentenças, palavras isoladas não pertencem a nada, nem a ninguém, por isso a importância do aspecto contextual que é o que vai dar sentido ao enunciado. A cada enunciado proferido, os sentidos se modificam, mesmo que as palavras não difiram, porque o contexto é sempre distinto.

Isso quer dizer que o homem precisa construir meios solidários para realizar a atividade vital. E um desses meios é o discurso, pois, ao encaminhar o indivíduo ao processo

de socialização também constrói sua individualidade, fazendo com que ele não seja apenas o mero resultado das determinações sociais. Assim, o discurso submete-se a um processo sem fim, onde surge o novo e os sentidos cristalizados são rompidos e transformados constantemente. Voese (2000, p. 55) explica esse processo e diz que “primeiro, o homem se insere no social, apropriando-se do que está posto e instituído, para depois, completando o processo de socialização, passar a participar da construção do social e de sua história”.

Esse processo de apropriação do qual fala o autor não representa uma absorção integral pelo indivíduo. Ele, ao apropriar-se dos discursos alheios, faz suas transformações que, posteriormente, serão reelaboradas e “compartilhadas”, o que, para Bakhtin, é o resultado das relações dialógicas com os ditos (discursos) passados e com os possíveis do presente e do futuro. Então, primeiro o sujeito faz a *apropriação* do que os outros disseram e, nesse processo *singulariza* os ditos e os transforma a seu modo de ver. Depois *verbaliza* o discurso já “modelado” que, fazendo-se objeto apropriável, é socializado com os outros indivíduos. É por isso que para Voese (*idem, ibidem*, p. 66):

o discurso, precisa ter a dimensão genérica e, por isso, de incompletude, precisamente porque circulam diferentes sistemas de referência na sociedade. As suas fragilidades convocam, se assim se pode dizer, os interlocutores a uma incessante atividade de (re)construção daquilo que deveria ser ponte entre eles.

Para Bakhtin, a experiência discursiva põe os homens em constante interação, inclusive quanto aos pensamentos. Os discursos que pronunciamos são formados e desenvolvidos graças ao nosso convívio com as pessoas, portanto eles são frutos da interação, são provenientes dos enunciados que outros proferiram e que, por sua vez, também foram produzidos através de outros enunciados alheios. E o enunciado do indivíduo que incorpora outros enunciados será, por sua vez, objeto de apropriação de discursos futuros ainda não produzidos. Então, segundo Stam (1992, p. 28), Bakhtin concebe o discurso não como imitação:

o discurso verbal, portanto, não é uma representação mimética de eventos, mas uma reação aos eventos. O discurso constitui uma situação dramática, cujas *personae* são o sujeito falante, o ouvinte e o tópico. Nossa identidade forja-se no intercâmbio de linguagem com outros, à medida que começamos a nos ver através dos olhos de outros. O discurso não é apenas o conteúdo ostensivo, aquilo que é dito, mas também o suposto, tudo o que se deixa por dizer. É a entonação que comunica o suposto ou o não dito, conferindo às simples palavras “*momentum* histórico e singularidade.”

É importante salientar que, embora o discurso seja único a cada enunciação, todo enunciado é, também, fruto das atividades de apropriação de outros discursos. Significa que todo enunciado se constrói com referências que outras vozes formulam no meio histórico-social em que o indivíduo está. Entretanto, através do discurso, os enunciados podem explicitar mais ou menos as idéias postas e/ou impostas.

Percebe-se, pois, quão importante é o discurso, não só para entendermos o outro, mas também como referência para esclarecer qualquer assunto que faz parte da vida do indivíduo.

A linguagem humana é muito mais complexa do que se pensa. Além disso, sabe-se que, na sociedade, há diferentes sistemas de referência a que os indivíduos estão atrelados e isso faz com que os sentidos do discurso sejam controlados. E se o discurso é polissêmico, a ideologia do grupo dominante quer homogeneizá-lo, porque quer manter-se no poder:

é, pois, a heterogeneidade sócio-cultural, enquanto geradora da pluralidade de sentidos, que a ideologia busca controlar quando faz parecer como geral o que é uma representação singular de sociedade: o que preenche a função da ideologia, entendida como representação de sociedade e de mundo construída a partir de um sistema de referência ligado a uma determinada classe ou grupo social, é criar a imagem de representação única e melhor. Dito de outra forma: um sistema de referência possibilita a constituição de uma determinada concepção de sociedade e de mundo que assume as funções de ideologia quando, diante dos riscos dos conflitos sociais, um determinado segmento social busca homogeneizar a diversidade que produz os diferentes e possíveis sentidos do discurso (Voese, 2000, p. 27-28).

Percebe-se, pois, que é por meio do discurso que os sentidos são controlados e determinados e isso tem a ver com a noção de ideologia. Isto é:

não é por nada que o discurso, pois, tem a sua produção condicionada a regras e procedimentos institucionais, o que remete à concepção de que o(s) sentido(s) de todo e qualquer discurso precisa(m) ser controlados(s) em função dos conflitos sociais. Por isso, o discurso é ideologicamente determinado (Voese, 1998, p. 43).

Pelo fato do discurso refletir as lutas ideológicas da sociedade, ele não é unívoco, mas a cada enunciação ele é único, nunca é o mesmo, pois cada sujeito escolhe entre as alternativas sociais disponíveis. Ele ouve os discursos presentes no seu meio, apropria-se deles, mas não faz cópia, reestrutura-os segundo sua singularidade. Então, o discurso não é permanente, ele é feito uma teia, onde cada fio-discurso é tecido a múltiplas vozes. Quando um fio arrebenta, novos fios são tecidos e reconstruídos. A teia amplia-se, constrói-se a cada dia, a cada interação, a cada discurso revestido de ideologia. E, embora o discurso suscite a heterogeneidade de sentidos, a ideologia dominante atua sobre esses sentidos e quer torná-los homogêneos e unívocos, pois a ela interessa silenciar as diferenças e, assim, objetivar a manutenção de um poder.

Clark e Holquist dizem que o discurso não pode ser visto como um ato mecânico e sim como algo dinâmico.

O discurso é uma ação. Trata-se de uma atividade mais complicada do que a ação das máquinas, as quais, em virtude de suas limitações mecânicas, precisam transmitir e receber em forma seqüencial. Quando as pessoas utilizam a linguagem, não atuam como se fossem máquinas que enviam e transmitem códigos, mas como consciências empenhadas em um entendimento simultâneo: o falante ouve e o ouvinte fala. Qualquer elocução é um elo em uma complexa *cadeia* de comunicação.(1998, p. 237).

Assim, o discurso não pode ser pensado de forma estanque, fechado em si mesmo. Ele é dinâmico, histórico e perpassado de ideologia. O discurso precisa ser visto como algo flexível, social e heterogêneo.

Para Possenti, “o discurso é um tipo de sentido – um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa na língua” (2002, p. 18). Isso quer dizer que é através da língua que o discurso se constitui. No dizer do autor, é por meio dos e nos textos

que o discurso se manifesta, manifestando o lugar e a posição social ocupada pelo sujeito enunciador.

Com relação a discursividade, Possenti se questiona sobre a relação que pode haver entre o discurso e a língua, afirmando que, através de mecanismos gramaticais, pode-se fazer uma interpretação e não outra de um discurso e que esse “mesmo discurso” pode estar perpassado por ideologias diferentes, conforme os mecanismos sintáticos utilizados. Significa dizer que, se uma pessoa falar de um assunto de modo diferente utilizando recursos sintáticos distintos, ela pode manifestar ideologias e visões de mundo variados. Então, a escolha da palavra ou do argumento tem efeitos na manifestação do discurso. Isto é: se não houver domínio dos mecanismos lingüísticos, corre-se o risco de dizer algo e acabar pronunciando um discurso bem diferente do que o pretendido. Sobre isso, Possenti afirma que:

(...) talvez se possam enunciar duas regras de interpretação: a) nunca se sabe, a priori, a serviço de que discurso está uma estrutura sintática; b) certas estruturas são, no entanto, indícios poderosos de que é aí que o discurso se aloja tentando talvez esconder-se (idem, *ibidem*, p. 25).

Essas conclusões do autor são bastante pertinentes e fazem pensar, ainda mais, no processo discursivo, pois, se for assim, se não se conhecer as estruturas sintáticas da língua, não se terá acesso às condições de produção dos sentidos. Na verdade, o discurso, ao possibilitar a produção de sentidos, ao mesmo tempo, esconde outros, silencia-os, porque, na sociedade, circulam apenas aqueles sentidos que interessam a determinados segmentos sociais e, em consequência, o que não lhes interessa precisa ser silenciado.

Por isso, é fundamental compreender o discurso, os sentidos pretendidos pelo enunciante e conhecer o grupo a que ele pertence. Quanto mais valor e prestígio tem o lugar social de onde fala o indivíduo, mais poder ele dispõe para produzir sentidos. É assim que os discursos são considerados mais ou menos significativos, não somente por aquilo que eles

dizem, mas também por quem é dito, logo, dependem da força do lugar social onde são gerados.

Voese fala com propriedade sobre esse assunto.

A distribuição, pois, dos papéis de acordo com os *lugares sociais* que os indivíduos ocupam, corresponde a uma hierarquização que concretiza uma diferenciação quanto ao valor e à importância social, ou seja, há valores de papéis sociais que se agregam às falas, unindo-as com maior ou menor força para produzir efeitos de poder (2004, p. 9).

Assim sendo, o lugar social do indivíduo, ou seja, o grupo a que ele pertence é importante para que os sentidos sejam estabelecidos. Essas forças exercidas e os valores perpassam toda a sociedade e envolvem sexo, cor, classe social, escolaridade e profissão.

A amplitude e a complexidade da linguagem desafiam os homens e seus discursos. Riobaldo, personagem do livro “Grande sertão veredas”, diz: “Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça para o total” (Apud Fiorin, 1997, p. 78).

Parece estranho o discurso de Riobaldo, no entanto, Bakhtin diz que onde há palavra, há língua, há relação dialógica, mesmo que essas tenham sido arranjadas de maneira não convencional.

Diante da diversidade de discursos, é certo o que menciona Riobaldo. Como pode caber tanta coisa dentro de nossas cabeças? O personagem fica perplexo frente tantas concepções, tantos discursos e modos de fazer linguagem, porém há muito que dizer para que a cabeça “encha”. Essa máquina possui muito espaço para ser explorado e preenchido. Ao mesmo tempo em que há espaço na cabeça, Riobaldo fala do aumento para evidenciar o quanto precisamos descobrir sobre os discursos, tanto que nosso cérebro não seria suficiente para processar as informações. Será que um dia teremos de “aumentar a cabeça para o total?”

2.2 IDEOLOGIA E SILENCIAMENTO

Vive-se numa sociedade dividida ideologicamente onde aquele que domina não deixa as pessoas enxergarem o mundo de uma forma diferente, ou seja, cada grupo quer impor a ideologia que vincula seus interesses. Para Bakhtin, a ideologia é um projeto de organização social de um grupo que tem interesses próprios e específicos. Como os interesses se chocam uns com os outros, cria-se um conflito, que uma ideologia busca neutralizar, impondo-se à outra, o que Thompson chama de processo de dominação. Desse modo, a ideologia imposta pelo grupo hegemônico tenta manipular e mudar as concepções das pessoas, querendo que aceitem pacificamente o que é colocado por ela, mesmo que isso vá contra os interesses de muitos.

Thompson (1995) comenta que a palavra ideologia tem uma longa e complicada história, por isso, há tantos e diferentes conceitos sobre ela.

O termo ideologia surgiu apenas no século XVIII no período da Revolução Francesa. Segundo Cunha (1992), Napoleão foi quem generalizou o uso da palavra, que já tinha sido sugerida por Destut de Tracy. Napoleão usou a palavra “ideologia” em tom pejorativo, chamando ideólogos àqueles que queriam usar o caráter fictício e falso das idéias. É bom lembrar que esses ideólogos tinham como líder Destut de Tracy e o sentido de ideologia para ele não era o usado por Napoleão. Perdurou, porém, o último. Para Cunha (1992, p.148) depois do ocorrido entre Napoleão e o grupo liderado por Destut de Tracy “ideologia passou a significar conjunto aparentemente racional de idéias, procurando ocultar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade”.

Até hoje, a palavra ideologia é vista, pela maioria, como algo ruim, todavia é preciso compreender que o homem faz parte da sociedade e não há como entendê-lo fora desse universo, sendo, por isso um ser ideológico. Por definição, pois, ser social é igual a ser

ideológico, ou seja, o indivíduo acaba se orientando por uma determinada ideologia apesar de estar em contato com diversas. Ele, querendo ou não, absorve as ideologias presentes no meio social em que vive.

Num primeiro momento, a ideologia foi entendida como:

(...) o pensamento do *outro*, o pensamento de alguém diferente de nós. Caracterizar um ponto de vista como ideológico é, tem-se a impressão, já criticá-lo implicitamente, pois o conceito de ideologia parece transmitir um sentido negativo, crítico (Thompson, 1995, p. 14).

Fica evidente, em Thompson, que a ideologia nasce dos conflitos que os interesses diferenciados geram. O sentido negativo poderia vir do fato de a ação ideológica visar silenciar o pensamento de outros. Apesar de todos os discursos serem perpassados por ideologias, eles são, ainda o lugar privilegiado “para a observação do conflito social, do exercício da cidadania e das possibilidades de construção de alternativas ao que é indesejável na sociedade” (Voese, 2000, p. 27).

Dizer que o discurso pode gerar sentidos conflitantes, não é algo negativo, porque a diferença possibilita a crítica e, através dessa, a mudança. Desse modo, esse é um aspecto positivo do discurso e faz com que essas ideologias estabelecidas também possam ser repensadas e transformadas.

A ideologia está, pois, embutida no sentido, precisamente, porque dizer algo pode ter efeito diferente em distintos contextos, ou seja, o que para a ideologia de um grupo é bom para outra pode não ser. Isto é:

(...) o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder* (Thompson, 1995, p. 16).

Se o sentido está a serviço da ideologia e da perpetuação do poder, é necessário que se saiba como os sentidos se constroem e como ocorre o processo de dominação. Assim

sendo, a compreensão da produção dos sistemas simbólicos é importantíssimo para entendermos o porquê do processo desencadeador do poder e da dominação.

Thompson argumenta que não se deve, por isso, conceber a ideologia como um “cimento social”, pois ela jamais unirá todos os membros, mas organizará apenas os grupos. Na verdade, ela controla tanto o aparecimento como o silenciamento de certos sentidos: os que interessam ao grupo, ela divulga e os que não interessam, ela silencia. Sobre isso Voese (2000, p. 27) esclarece que:

para compreender a função e a ação da ideologia, é preciso observar que ela se preocupa com o controle dos conflitos que são gerados na formação social multifacetada culturalmente que, por isso, produz diferenciados sistemas de referência que constituem diferentes representações de mundo e de vida. A ideologia deve controlar o risco do conflito ou, ao menos, minimizá-lo através de um processo de homogeneização onde se intenta controlar o risco da perda de poder, hierarquizando e excluindo diferenças culturais e o que elas produzem em termos de sentidos que orientam condutas e acontecimentos.

A ideologia está presente em todas as nossas atividades diárias, em casa, no trabalho, na sala de aula, no divertimento, na igreja. Nossa experiência cotidiana é cruzada por distintos contextos sociais e por diversas ideologias que são atravessadas por formas simbólicas variadas. Isso significa que dentro de um mesmo grupo, por exemplo, a família, pode haver múltiplas ideologias, pois cada membro utiliza-se de sentidos e formas simbólicas particulares. Assim, pode haver uma ideologia que se sobressaia e que quer se impor sobre as demais. Mesmo havendo diferentes ideologias na sociedade, elas não são acabadas, pois se (re)configuram permanentemente através das relações conflitivas que mantêm entre si.

No dizer de Bakhtin, a ideologia só existe se houver signos, porque “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (1997, p. 31).

Os signos, ainda, segundo Bakhtin, são, enfim, os mecanismos geradores de significado e, conseqüentemente, de ideologia, por isso que ele diz que “a palavra é o

fenômeno ideológico por excelência” (idem, ibidem, p. 36), pois a realidade é absorvida através dela.

Bakhtin afirma que entender ideologia passa pelo entendimento da palavra.

O valor exemplar, a representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a excepcional nitidez de sua estrutura semiótica já deveriam nos fornecer razões suficientes para colocarmos a palavra em primeiro plano no estudo das ideologias. É, precisamente, na palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica (1997, p. 36).

E se a palavra é o signo mais importante para Bakhtin, é pelo fato de tudo girar em torno dela, até mesmo os signos não-verbais, porque esses são sempre acompanhados por ela, como é o caso, por exemplo, do canto e seu acompanhamento musical. Segundo o autor “a palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação” (idem, ibidem, p. 38).

Fairclough desenvolve uma noção de ideologia diferente da de Bakhtin, entendendo que o processo envolve:

(...) significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/ sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (2001, p. 117).

Ora, se a ideologia tem por função “a produção, a reprodução e (...) as relações de dominação”, compreende-se que o processo depende da mediação do discurso e os motivos por que a linguagem sofre tantos controles sociais.

Fairclough considera que o sentido das palavras são ideológicos, ou seja, por trás de um discurso existe a ideologia devido à manipulação que se pode dar no processo de significação. No entanto, além do sentido há outros elementos que precisam ser levados em consideração, pois “os sentidos das palavras são importantes, naturalmente, mas também o são outros aspectos semânticos, tais como as pressuposições, as metáforas e a coerência” (2001, p. 119).

A ideologia é, na verdade, o que explica e justifica as condições de vida e as relações que os homens mantêm entre si. Algumas dessas relações são consideradas inadequadas e isso não quer dizer que a ideologia é falsa. Muitas são as ideologias presentes na sociedade e para cada grupo existe aquela que se considera verdadeira, não significando que as outras sejam erradas, pois cada visão de mundo possui seu discurso próprio. Além disso, a ideologia é constituída pela realidade e a constitui. Ela sempre surge dos conflitos presentes na sociedade e não do vazio. Embora se conceba várias ideologias, é necessário mencionar que mesmo diante da variedade, há uma ideologia dominante que, evidentemente, está comprometida com a classe social que domina.

Se existe uma ideologia que domina, obviamente, busca realizar e manter os interesses do grupo a que está ligada. É assim que começa a divisão, ou seja, uns são privilegiados em detrimento de outros. Na verdade, a ideologia propõe que se aceite tacitamente as condições em que os sujeitos se inserem e que nada se faça para modificá-las. Isso é fundamental para ela, porque só assim consegue prestar-se ao jogo do poder. Por diferentes procedimentos, ela consegue subtrair das pessoas o direito de pensar sobre o que vêem: por exemplo, acredita-se e pensa-se que o mundo é maravilhoso, mesmo estando diante do contrário. Faz-se aquilo que a ideologia dominante determina, assim, opta-se por uma visão da realidade e silenciam-se outras. Voese diz que:

(...) a cada ideologia corresponderá um processo diferente de apagamento de diferenças, ou seja, haverá diferentes hierarquizações e, por isso, diferentes inclusões e exclusões. A cada ideologia, enfim, corresponde uma localização diferenciada do poder na sociedade, porque ela é sempre instrumento de um poder que se exerce a partir da hierarquização que se dá dentro de um modelo de sociedade (2000, p. 29).

Isso quer dizer que, ao atuar dentro dos limites de uma dada ideologia, o indivíduo sempre realizará dois processos: um de inclusão e outro de exclusão. Com a manifestação de um sentido, acontecerá, obrigatoriamente, o silenciamento de outro, porque não há como assumir duas ou mais concepções ideológicas ao mesmo tempo. Segundo Voese (2000) a

função da ideologia é controlar o risco dos conflitos sociais, ou seja, tenta evitar que os indivíduos tomem consciência da dominação que ela impõe. Para o autor, esse controle é feito, principalmente, através do discurso. Vale lembrar que isso se dá de forma quase imperceptível, as pessoas não percebem que se trata de um jogo ideológico, porque os acontecimentos são passados como se fossem os únicos possíveis.

A função, enfim, da ação ideológica é generalizar o que é da ordem do singular, fazendo parecer único o que é do nível da heterogeneidade. E isso se faz, especialmente, via discurso, porque, tanto o caráter generalizante da língua como a existência de estratégias discursivas, concorrem para que se possa realizar a homogeneização de ordem ideológica, e, ao mesmo tempo esconder o próprio ato (Voese, 2000, p. 31).

A ideologia é, portanto, indissociável da linguagem, e, conseqüentemente, os discursos são produtos ideológicos e exprimem as visões de mundo de uma dada realidade. Por isso há diferentes formas ou modos de interpretar e falar de algo como, por exemplo, do trabalho. E se a ideologia perpassa todos os discursos e faz com que uns sejam proferidos e outros silenciados, a análise de um texto, por exemplo, não é absoluta e única. A análise é sempre uma entre muitas possíveis, porque a cada análise diferente, distintos silenciamentos discursivos e ideológicos podem ser revelados. Voese (1998, p.73) confirma esse posicionamento, mas explica que:

(...) se, para cada texto, há leituras possíveis, há, evidentemente, as impossíveis, porque a cada escolha lingüística e discursiva corresponde uma exclusão de sentidos. Os sentidos apagados dizem respeito a diferentes sistemas de referência existentes na diversidade social e que estão em conflito precisamente porque significam. É, pois, desse silenciamento que, enquanto exclusão de sentidos que diferentes sistemas de referência podem constituir, e que assume uma função ideológica.

Sendo assim, percebe-se que se vive um contínuo silenciar, uma vez que não se consegue inserir num texto todas as ideologias e fazer todas as leituras possíveis. Entretanto, é importante que os sentidos silenciados sejam mostrados de alguma forma, para que o indivíduo não tenha uma postura passiva diante dos textos. O sujeito não é culpado do

silenciamento, mas sim o sistema que o pressiona para que haja assim. Para Voese (idem, ibidem, p. 99-100):

O silenciamento é sempre uma conseqüência de o enunciante só poder falar e agir a partir de um lugar que é orientado por um sistema de referência ligado a determinado segmento social. Não se pode, pois, considerar o silenciamento como resultado de um gesto do sujeito que escolhe, mas como um acontecimento incontornável devido à determinação social: o enunciado, para que possa produzir um sentido, necessita da coesão e da coerência que lhe confere um e só um sistema de referência. Por isso, pode-se dizer que o silenciamento é pista da multiplicidade dos sistemas de referência, os quais, afinal, vão se constituir como lugar de um conflito de sentidos. E se o silenciamento é pista da multiplicidade dos sentidos, é também o lugar da contradição, ou seja, o dito tem no sentido silenciado uma de suas contradições.

A multiplicidade de vozes presentes num texto faz com que o indivíduo opte (determinado pelo meio social) por uma ideologia, no entanto isso não significa que as vozes que foram silenciadas sejam esquecidas para sempre, porque um outro sujeito pode escolhê-las e colocá-las em prática. Escolher significa, portanto, a possibilidade de não reproduzir uma voz dominante, mas fazer ressurgir aquelas que, por ela, foram silenciadas, o que requer:

perguntar por aquilo que um texto silenciou e por que o fez, pois isso será extremamente importante para observar e descrever o tipo de determinação social que é de ordem ideológica e que não só organiza a hierarquia dos lugares sociais de fala, mas de todo o universo sociocultural. Se é a ideologia que, incluindo e excluindo e, aí, hierarquizando, busca homogeneizar o heterogêneo tecido social, os silenciamentos, uma vez localizados, vão constituir as contradições que serão pistas ideológicas porque apontam para as diferenças que se dão entre os diversos sistemas de referências de determinada cultura. Enfim, os silenciamentos apontam para um tipo de descontinuidade que não é só discursiva, mas também e antes de tudo, social (Voese, 1998, p. 74).

Um sentido atribuído a um texto nunca é, portanto, único, mas um dos possíveis. O não-dito silenciado significa tanto quanto aquilo que foi dito, pois tem comprometimento com outros modos de compreender a realidade em que vivem os homens.

3 O DISCURSO SOBRE O TRABALHO

3.1 O TRABALHO AO LONGO DOS TEMPOS...

O trabalho é uma invenção humana – seja como realização que faz história, seja como fardo, obrigação. O trabalho é uma mercadoria cujo preço varia de acordo com a sociedade (Aranha, 2000, p. 20).

O trabalho é fruto da relação do homem com a natureza e com a sociedade. Através do trabalho, o homem transforma a natureza e as relações do meio em que vive. Pode modificar tudo a sua volta e, inclusive, a si próprio. Constrói e reconstrói suas idéias e, conseqüentemente, sua subjetividade, pois por meio do trabalho ele aprende. E isso se pode comprovar pelas diferentes formas que o trabalho assumiu historicamente.

Segundo Dowbor (2002), a forma do trabalho evoluiu de acordo com as atividades, com as técnicas e com a organização da sociedade. De caçador, o homem passou a gerenciador. Deixou de usar o arado para usufruir de máquinas mais sofisticadas. A vida nômade e simples foi trocada por uma vida alicerçada no poder e no consumo de bens materiais.

Dowbor (2002, p. 107 –109) esquematiza a evolução no mundo do trabalho ao longo dos tempos. A tabela a seguir mostra essa evolução.

Período	Atividades
3000 a 2701 a. C	Caça e colheita primitivas, trabalho com pedra e primeiros objetos de metal. Comunidades nômades.
2700 a 601 a. C	Grandes culturas da Antigüidade: pirâmides e outras grandes obras. Uso intenso do trabalho escravo. Expansão da agricultura e do sedentarismo.
600 a 201 a. C	Presença da Grécia: surgimento da ciência, da filosofia e da teoria científica, apoiadas no trabalho dos agricultores e dos escravos.
200 a. C a 400 d.C	Roma: infra-estrutura urbana com ruas, arquedutos, organização social verticalizada, trabalho escravo.
400 – 1400	Idade Média: produção agrícola e artesanal, ciência concentrada nas ordens religiosas, relações de trabalho centradas no sistema de servidão.
1400 – 1600	Renascença: Leonardo da Vinci, surgimento da cultura urbana, expansão das artes, expansão das atividades comerciais e bancárias, formação das organizações de artesãos.
1600 – 1750	Formação das bases científicas da era moderna, com física, química, medição do tempo e expansão das atividades de ensino. Início da manufatura, trabalho domiciliar, pagamento por tarefa.
1750 – 1840	Revolução Industrial na Inglaterra: produção têxtil, máquinas, energia a carvão e vapor, expansão da manufatura. Organização da sociedade em função do capital, com a propriedade privada dos meios de produção e a concentração dos trabalhadores em fábricas.
1840 – 1900	Indústria pesada, siderurgia, estradas de ferro, motor elétrico e de combustão, telefonia. Explosão científica, urbanização intensa, generalização da forma salarial de inserção nos processos produtivos. O colonialismo joga grande parte das populações do planeta no atraso econômico.
1900 – 1970	A ciência e a técnica se juntam na transformação dos processos produtivos. Consumo de massa, trabalho padronizado, em fatias, com taylorismo e fordismo. Aprofunda-se o fosso entre países ricos e pobres, surge o chamado Terceiro Mundo. Experiências de gestão social centralizada pelo Estado.
1970 – século XXI	A ciência passa a determinar os processos produtivos. Expansão dos serviços, presença crescente das políticas sociais, intensificação geral do conhecimento nas atividades humanas. Generalização da escolaridade. Toyotismo, produção flexível, surgimento de novas relações sociais de trabalho, com terceirização, subcontratação e trabalho autônomo. Consolidação da “fratura social mundial” entre países ricos e pobres

Tabela 1: A evolução do trabalho

Percebe-se aqui que, desde muito tempo, o homem é explorado no trabalho. As grandes obras da humanidade, como, por exemplo, as pirâmides, foram construídas utilizando mão-de-obra escrava. Então, constata-se que a desvalorização pelo serviço realizado não é fruto do século XXI, todavia de bem antes. O que se sabe é que, atualmente, é mascarada a forma de escravização, pois os servidores recebem pelo trabalho prestado e, no entanto, não conseguem ter o mínimo para viver dignamente. Há os que possuem uma vida estruturada em

termos materiais e dispõem de casa, assistência à saúde..., porém, para conseguirem esses privilégios são obrigados a trabalharem muitas horas por dia, sacrificando, dessa forma, suas vidas.

O homem está sendo destruído, porque é privado dos seus direitos. Vive simplesmente para conseguir a sobrevivência, pois já não consegue mais dispor de tempo e de dinheiro para o lazer. A família foi deixada de lado e os filhos ficam sob os cuidados do mundo violento que os cerca. A fome, a miséria, as doenças e tantas outras dificuldades são frutos desse mundo “louco” que se tem vivido. Cada vez mais o ser humano torna-se menos humano, isso porque na busca pelo ter, acaba, muitas vezes, esquecendo-se das outras pessoas.

Dowbor (2002, p. 109) fala a respeito do que se tem discutido no mundo sobre a caótica situação do planeta Terra.

A última década do milênio serviu para uma revisão geral dessa “grande jornada” da humanidade. A Eco-92, no Rio de Janeiro, reunindo praticamente todos os países do mundo, permitiu constatar a destruição do planeta. A Conferência de Viena, em 1993, nos deu a medida da deterioração dos direitos humanos no planeta. A do Cairo, em 1994, nos trouxe a dimensão da explosão demográfica planetária. A de Pequim, em 1995, realizou um balanço da situação da mulher e da desestruturação da família. A de Copenhague, em 1996 (a chamada Cúpula do Social), expôs claramente o drama da pobreza e o imenso desafio da fratura social planetária. Também em 1996, a Habitat II, em Istambul, trouxe uma visão geral da caótica urbanização do planeta e dos novos desafios em termos de água, energia, segurança, etc. O mundo ficou pequeno para suportar seus 6 bilhões de habitantes (90 milhões mais a cada ano), que se comportam como gafanhotos num campo de trigo. A “espaçonave Terra” exige formas mais civilizadas de organização social, em lugar do vale-tudo generalizado que chamamos educadamente de “forças de mercado”. O milênio se abre com mais perguntas do que respostas.

Diante do que afirma Dowbor, a situação do planeta é extremamente delicada e necessita que a humanidade repense e aja de forma diferente com relação ao mundo que a rodeia, pois, caso contrário, o problema pode tornar-se ainda maior e mais devastador.

3.2 O TRABALHO NA ATUALIDADE

O trabalho possibilita o ser humano se realizar como pessoa e o mantém vivo. É o meio através do qual o homem sobrevive, seja no sentido literal de matar a fome, ou no sentido de alimentar seu espírito. Entretanto, o trabalho não tem cumprido seu papel, pois aquilo que deveria, também, além de outras coisas, dignificar o homem, tem humilhado. Isso por dois motivos: não há trabalho e o trabalho que se faz, em geral, não realiza o homem. Muitos países vivem a crise do desemprego e, por isso, os pais de família vêem seus filhos não só agonizarem e chorarem por um prato de comida, mas também por educação, saúde e moradia. Então, as pessoas se submetem a qualquer trabalho e, quando encontram, muitas vezes, são obrigadas a fazerem algo que não gostam, mas que as mantêm vivas do ponto de vista biológico.

Além da falta de emprego, muitas pessoas são discriminadas pelo trabalho que realizam. Alguns trabalhos são considerados nobres, possuem status e outros são desvalorizados. Diante disso, enquanto algumas pessoas sentem-se valorizadas, outras ficam diminuídas. Isso se evidencia, por exemplo, com o médico e com o operário. O primeiro é tido como aquele que salva vidas e que, por isso, desempenha um papel importantíssimo dentro da sociedade. O segundo, dependendo do que faz, é simplesmente alguém que a sociedade olha como mais um coitado que não teve sorte ou que não quis progredir. Todavia, sabe-se que isso não é verdade, pois qualquer atividade é importante na medida que se constata, por exemplo, que um médico não atua sem o que resulta das atividades da enfermeira, da faxineira, do zelador, da telefonista, da lavadeira, do padeiro, etc. Vive-se em sociedade e uns dependem dos outros, cada ser é complemento necessário do outro, todavia, a maioria das pessoas agem como se pudessem sozinhas fazer e conseguir todas as coisas que almejam.

O trabalho é a essência do ser humano. Antunes argumenta sobre a importância deste.

Embora seu aparecimento seja simultâneo ao trabalho, *a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem* etc. encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo. O trabalho constitui-se como *categoria intermediária* que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no *centro do processo da humanização do homem* (2003a, p. 136).

Assim sendo, é através e por meio do trabalho que o homem se constitui como um ser social. Ele propicia ao homem criar e renovar o meio em que vive, porque, no trabalho, o indivíduo se relaciona, troca idéias, aprende e, conseqüentemente, socializa-se. O trabalho possibilita ao homem passar de reprodutor, ou seja, mero espectador do mundo, “máquina” comandada, a um ser que pode ter sua autonomia. Lukács (apud Antunes, 2003a, p. 138) confirma esse ponto de vista.

O ir-além da animalidade por meio do salto humanizador conferido pelo trabalho, o ir-além da consciência epifenomênica, determinada de modo meramente biológico, adquire então, com o desenvolvimento do trabalho, um momento de refortalecimento, uma tendência em direção à universalidade.

A socialização através do trabalho humaniza o que é da dimensão puramente biológica, porque no processo o homem precisa avaliar o que já existe e fixar novos objetivos. Entretanto, nem sempre isso ocorre. Num país com trabalho escasso, muitas vezes, o homem age como os animais irracionais e o trabalho vira algo mecânico. Dessa forma, o trabalho é visto apenas como aquilo que supre necessidades, mas não realiza o sujeito que deixa de ser consciente em relação ao seu agir e, em conseqüência, torna-se alienado e submisso àquilo que dele se exige: “o seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele” (Marx apud Antunes, 2003b, p. 127).

O trabalho faz o homem transcender sua individualidade, pois através da atividade o homem interage com ele mesmo, com os outros seres e com a natureza que, pouco a pouco,

vai se modificando. O ato laborativo confere ao homem sentido à vida e é um dos mecanismos capazes de deixar o homem realizado e fazer com que tenha objetivos e expectativas. O homem que não tem trabalho se sente diminuído, impotente, sem condições de exercer sua autonomia. Por não ter um trabalho e, muitas vezes, sem condições mínimas para sobreviver, o homem sente-se um inútil e, além de não se constituir como ser social, o homem abdica da liberdade de fazer escolhas. Isto é, sem trabalho, o homem não é livre, porque, embora a palavra liberdade tenha muitas acepções, sabe-se que ser livre é ser consciente de suas ações. Para que a liberdade aconteça é necessário que o homem conheça. Quanto maior for o conhecimento, maior será a liberdade, pois, assim, terá condições de escolher, argumentar e interagir com a sociedade. Além disso, só conseguirá concorrer no mercado de trabalho, aquele que for conhecedor do trabalho que pretende realizar, pois com o avanço tecnológico, novas atividades surgiram e outras se extinguiram, por isso, é necessário que o homem, também, acompanhe essas transformações, caso contrário, ficará para trás e, conseqüentemente, sem emprego.

De acordo com Antunes (2003b, p. 168), o mundo do trabalho, nas últimas décadas, principalmente depois dos anos 70, sofreu diversas transformações, acarretando sérios problemas para a classe trabalhadora. Ele diz que “a crise afetou tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua subjetividade, o universo dos seus valores, do seu ideário, que pautam suas ações e práticas concretas”.

Segundo o autor, essa situação acontece devido a *crise estrutural do capital* e que produziu *práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada*, ou seja, por causa da crise, pensou-se no processo de reestruturação para recuperar o que havia sido perdido. Com isso, novas alternativas foram sendo inseridas ao mundo do trabalho e que acabaram afetando a classe trabalhadora.

É, especialmente, com o surgimento dos meios tecnológicos que o homem sentiu-se ameaçado, pois sua atividade passou a ser realizada pela máquina. Sobre essa situação, Voese (2000, p. 10) comenta “parece um pesadelo o fato de que o que deveria aliviar as tensões sociais e melhorar o nível de vida de todos, traga resultados exatamente opostos, revelando a crueza de um sistema onde se verifica uma falta absoluta de solidariedade”.

Assim, um tipo de trabalhador se extinguiu e surgiu a necessidade de um outro especializado para usar a máquina. O taylorismo/ fordismo deu lugar ao toyotismo, ou seja, o trabalho que antes era realizado por muitos – produção em série – passou a ser realizado por poucos e que começaram a ter o auxílio de meios tecnológicos. Além disso, os serviços passaram a ser terceirizados. O que antes era feito por apenas uma empresa, por exemplo, agora é realizado por várias. Com isso as empresas passaram a ganhar mais e fazer o produto com rapidez, embora, muitas vezes, sem a qualidade desejada.

Outro fator importante para essa crescente mudança foi a inserção da mulher no mercado de trabalho. Até então, ela era dona de casa e, agora, passa a competir com os homens, ocasionando mais uma dificuldade a ser enfrentada pela classe trabalhadora. Foi importante para a história da mulher essa conquista, entretanto ela gerou problemas para o mundo do trabalho, uma vez que o número de empregos já não era suficiente nem para os homens. Segundo Antunes (2003b), nos países avançados, as mulheres atingem mais de 40% da força de trabalho.

As pessoas mais velhas e os jovens sofrem, também, com a crise, pois são vítimas do preconceito. Aquelas por serem consideradas impotentes e já terem passado da idade e estes, por serem inexperientes. De outro lado, percebe-se uma contradição: enquanto os jovens são impossibilitados de trabalhar, crianças são incluídas no mercado de trabalho. Isso ocorre, principalmente, nos países subdesenvolvidos. As crianças são vítimas da exploração e da ganância, porque o patrão lhes paga um salário desumano, muito menor do que pagaria a

um adulto. Além disso, são colocadas em serviços que, muitas vezes, estão além de suas forças físicas.

O trabalho infantil traz sérias conseqüências. Primeiro, por tirar a vez dos adultos trabalharem e, segundo, por causar problemas catastróficos para a própria criança. Uma vez inseridas no mercado de trabalho, ela deixa de brincar, estudar e viver como criança que é. Logo, ter-se-ão crianças tristes, desiludidas e sem perspectivas de vida. Ao crescerem, as crianças tornar-se-ão, obviamente, adultos despreparados e pessoas que, facilmente, serão manipuladas. Outro efeito decorrente disso, é a falta de pessoas capacitadas para exercerem seus trabalhos. Ocorre, então, que de um lado, encontra-se uma maioria mendigando por um emprego e, de outro, vários trabalhos à espera de pessoas especializadas para realizá-los. Assim, quando os pais e empregadores submetem crianças ao trabalho pensando que estão agindo bem e contribuindo para o país, na verdade cometem um enorme mal, tanto para a nação quanto para as crianças.

Outro fator importante que causou mudanças no mundo do trabalho foi o que Marx (apud Antunes, 2003b, p.170) chamou de *trabalho social combinado*, ou seja, é o trabalho que é realizado por trabalhadores de todas as partes do mundo. É como se na montagem de um determinado equipamento, por exemplo, parte do trabalho fosse feito por brasileiros e outra parte por franceses, italianos, etc.

Assim, tendo em vista todas as transformações que ocorreram e que ocorrem no mundo do trabalho, a sociedade fica desorientada e até amedrontada, porque, uma vez que o mercado exige pessoas empreendedoras, dinâmicas, polivalentes e, acima de tudo, qualificadas e, a seguir, não há mais lugar para todos os indivíduos, mesmo os qualificados.

Vive-se a era da intelectualidade, da tecnologia e da informação, portanto, quer-se profissionais assim. Nem todos, entretanto, possuem condições sócio-econômicas para se aperfeiçoarem e acompanharem o mercado. As pessoas estão inseridas em uma sociedade

gananciosa e que se preocupa apenas com o poder, esquecendo que há seres humanos que precisam de condições para se desenvolverem como tal. Na luta pelo dinheiro, vale tudo, até mesmo massacrar o empregado. Assim, pouco a pouco, a dimensão humana do trabalho vai sendo destruída, seja pela redução de empregos, terceirizações, aumento do trabalho feminino, preconceitos com jovens e velhos, seja pela inclusão e exploração de crianças etc. Antunes ratifica essa idéia:

(...) desregulamentação, flexibilidade, terceirização, *downsizing*, “empresa enxuta”, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução desse, mesmo capital. Isso porque o capital pode *diminuir* o trabalho vivo, mas não *eliminar-lo*. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo (2003b, p. 171).

Muitos países já passam pela crise do trabalho e isso vai refletir na valorização, pois quando se têm muitos funcionários para poucos empregos a tendência é pagar pouco. Dessa forma, o funcionário sente-se pressionado a trabalhar em troca de qualquer coisa, porque está em jogo a sua sobrevivência. Por outro lado, porém, vive frustrado, pois não recebe o valor que merece e que lhe permita viver com dignidade. Assim, o trabalho que deveria dignificar e realizá-lo como pessoa, escraviza-o. Para exemplificar, observa-se que:

na Indonésia, mulheres trabalhadoras da multinacional Nike ganham 38 dólares por mês, por longa jornada de trabalho. Em Bangladesh, as empresas Wal Mart, K Mart e Sears utilizam-se do trabalho feminino na confecção de roupas, com jornadas de trabalho de cerca de 60 horas por semana e salários menores que 30 dólares por mês (Antunes, 2003b, p. 167).

É uma verdadeira exploração o que acontece com a classe trabalhadora. Essa realidade também assola o Brasil, pois a desvalorização é uma constante. A maioria dos brasileiros recebe um salário de miséria, pois são obrigados a sobreviverem com um mínimo que não supre suas necessidades básicas.

O ideário da sociedade moderna é alicerçado no poder e na dominação, ou seja, quanto mais dinheiro melhor, mesmo que para isso haja a necessidade de escravização dos outros seres. No dizer de Antunes, no início dos tempos, o trabalho serviu para firmar as relações e as interações sociais, hoje, presenciamos o contrário. O acesso ao mundo do trabalho tem servido para que ocorram disputas, desavenças e, conseqüentemente, uma “dessocialização”.

Percebe-se que, embora tenha papel fundamental na história da humanidade, o trabalho está em crise. Deveria ser motivo de satisfação e alegria, todavia tornou-se uma forma de castigo. Para Cotrim (1993), isso ocorre porque o trabalho deveria servir para o progresso de todos e não para o enriquecimento de alguns. Assim sendo, transforma-se em instrumento de alienação. O homem obriga-se a trabalhar para sobreviver biologicamente e não para construir-se socialmente. O autor comenta que, etimologicamente, a palavra trabalho, em latim, significava *tripalium*, um instrumento de tortura. Essa tortura da qual fala Cotrim ocorre hoje, pois, além da submissão diante dos patrões, os empregados, muitas vezes, são humilhados, maltratados e explorados em todos os sentidos. Deste modo, o trabalho deixa de cumprir sua função primeira – dignificar o ser humano – e passa a ser o contrário: o homem torna-se escravo do trabalho, um indivíduo alienado e submisso pronto para cumprir ordens.

No pensar de Antunes (2003b, p. 173), algumas mudanças seriam necessárias para reverter o quadro de trabalho e, conseqüentemente, do trabalhador.

Primeiro: é preciso alterar a lógica da produção societal: a produção deve ser prioritariamente voltada para produzir *valores de uso* e não *valores de troca*. (...)
Segundo: a produção de coisas socialmente úteis deve ter como critério o *tempo disponível* e não o *tempo excedente*, que preside a sociedade contemporânea. (...)

O que Antunes propõe é trabalhar menos e produzir coisas úteis que seriam necessárias à sobrevivência. O autor afirma que, assim, a vida teria mais sentido. Antunes

parece ser utópico ao pensar deste modo, pois a sociedade atual, talvez, precisasse ser extinta para que isso possa se tornar realidade, já que os seres humanos viraram máquinas que obedecem a comandos e transformaram-se em coisas. Seria, pois, difícil fazer os homens retomarem um processo social que fizesse do trabalho um meio de construir seres e não de acumulação de bens e de desumanização. O que o autor almeja é uma profunda (re)sociabilização da humanidade, ou seja, algo quase ou totalmente impossível, principalmente no mundo capitalista.

4 ANÁLISE DE TEXTOS

Este capítulo apresenta a análise de textos sobre o trabalho que são freqüentemente usados nas aulas de Língua Portuguesa.

Foram analisados seis textos que discorrem sobre o trabalho, selecionados com o objetivo de visualizar as dimensões polifônicas sobre o tema. Assim, quatro textos foram retirados de livros didáticos e dois de livros dos próprios autores, com a perspectiva de que revelassem diferentes silenciamentos comprometidos com distintas ideologias. Os textos utilizados na análise foram e são utilizados nos Ensinos Fundamental e Médio.

O discurso é concebido como um acontecimento único e o lugar privilegiado para manifestação da ideologia, entendida como aquela que mantém relações de poder na sociedade, porque controla os sentidos que interessam a ideologia dominante. Percebe-se, assim, o quanto o discurso é importante e o quanto ele pode significar para o homem, pois pode tanto ajudá-lo como prejudicá-lo. “O discurso não é apenas o conteúdo ostensivo, aquilo que é dito, mas também o suposto, tudo o que se deixa por dizer” (Stam, 1992, p. 28). É exatamente com o que não é dito que essa pesquisa trabalha, ou seja, com os silenciamentos. A cada sentido dado a um texto, outros foram excluídos e isso pode se dar com maior ou menor intensidade, ou seja, indivíduos alienados dificilmente perceberão os silenciamentos que a ideologia impõe. Sujeitos conscientes, entretanto, constatarão o efeito ideológico e, desse modo, poderão atuar sobre ele.

Partindo da noção de dialogia, adota-se aqui, para que a análise dos silenciamentos possa se realizar, o que Bakhtin (1992) chama de cotejo, ou seja, para compreender um texto é necessário que eles dialoguem entre si, caso contrário ele será algo acabado e morto, fechado em si mesmo e sem sentido. Então,

compreender é cotejar com outros textos e pensar num contexto novo (no meu contexto, no contexto contemporâneo, no contexto futuro). (...) O texto só vive em contato com outro texto (contexto). Somente em seu ponto de contato é que surge a luz que aclara para trás e para frente, fazendo que o texto participe de um diálogo. Salientamos que se trata do contato dialógico entre os textos (entre os enunciados), e não do contato mecânico “opositivo”, possível apenas dentro das fronteiras de um texto (e não entre texto e contextos), entre os elementos abstratos desse texto (entre os *signos* dentro do texto), e que é indispensável somente para uma primeira etapa da compreensão (compreensão da significação e não do sentido). (Bakhtin, 1992, p. 404-405).

Assim sendo, a análise dos textos deu-se em duas etapas. Na primeira, buscou-se compreender aquilo que o texto já diz e que, por sua vez, um outro analista pode ver diferente, porque nenhum texto é fechado em si mesmo. No segundo momento, constataram-se os silenciamentos presentes com base no diálogo entre os textos. Desse modo, adota-se o que Bakhtin (1992, p. 413-414) diz:

não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado. Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do diálogo subsequente, futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão lembrados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento.

4.1 TEXTOS SOBRE O TRABALHO QUE CIRCULAM NA SALA DE AULA

4.1.1 A voz do poeta

O pão de cada dia

Que o pão encontre na boca
o abraço de uma canção
construída no trabalho.
Não a fome fatigada
de um suor que corre em vão.

Que o pão do dia não chegue
sabendo a travo de luta
e a troféu de humilhação.
Que seja bênção da flor
Festivamente colhida
Por quem deu ajuda ao chão.

Mais do que flor, seja fruto
que maduro se oferece,
sempre ao alcance da mão.
Da minha e da tua mão.
(Mello, 199-)

Thiago de Mello, no poema “O pão de cada dia”, faz uma denúncia ao mundo do trabalho. Ao dizer “Que o pão do dia não chegue/ sabendo a travo de luta/ e a troféu de humilhação”, sugere que o trabalho tem escravizado o homem.

Em todo o texto, percebe-se o desejo do autor de fazer com que o homem alcance sua dignidade por meio do trabalho – “sempre ao alcance da mão./Da minha e da tua mão”, como se ele fosse o único capaz de propiciar honra às pessoas.No entanto, não é isso que a maior parte da classe trabalhadora vivencia. No recorte abaixo, constata-se que o pão, alimento, quando chega à mesa dos homens é de forma cruel.

Que o pão encontre na boca
o abraço de uma canção
construída no trabalho.
Não a fome fatigada
de um suor que corre em vão.

O pão do qual fala o poeta é motivo de muita luta. Conseguir o alimento não é fácil. O trabalho não consegue propiciar ao homem o direito de viver dignamente, porque, além da falta de emprego, aqueles que têm um trabalho são explorados, seja porque trabalham mais do que a legislação permite ou porque o que recebem não dá para comprarem o mínimo para sobreviverem. Assim, o suor do trabalho torna-se em vão. A falta de trabalho contribui para que essa situação fique pior, pois o trabalhador sente-se obrigado a fazer o que mandam, porque não têm outras opções. Embora se saiba da existência de leis trabalhistas que deveriam assegurar ao empregado seus direitos, o servidor não ousa exigi-las, porque poderá ser demitido. Então, submete-se aos patrões, até porque conseguir um emprego formal no setor privado, com carteira assinada e direitos assegurados não é nada fácil. Segundo Dowbor (2002), no Brasil, apenas um trabalhador em cada quatro possui esses privilégios.

O pão simboliza o alimento que sustenta o corpo, mas também, figuradamente, o lazer que traz à boca um sorriso ou a dignidade de uma moradia como fruto de um trabalho que não foi em vão.

O verso “de um suor que corre em vão” faz lembrar o que disse Antunes (2003b) sobre as mulheres da Indonésia. Essas trabalham muito por quase nada, são escravas do trabalho. A desvalorização diante do que realizam é tão grande que não sentem prazer no que fazem, ao contrário, passam a encarar o trabalho como uma obrigação e um castigo.

Vive-se uma era de constantes transformações. Nunca se viram tantos avanços tecnológicos, porém, também, nunca houve tantas pessoas estressadas e angustiadas com suas condições de vida. O que deveria favorecer as pessoas, firma-se como um drama. Junto com

as mudanças, percebe-se que os países cresceram. Para onde foi, entretanto, a riqueza e as conquistas adquiridas? Segundo Dowbor (2002, p. 11):

a riqueza mundial também é maior: produzimos US\$ 5 mil de bens e serviço por pessoa e por ano, o que significa aproximadamente US\$ 1,7 mil por mês para uma família de quatro pessoas, o suficiente para todos viverem com conforto e dignidade. Como foi que chegamos à tragédia, denunciada até pelo Banco Mundial, de metade da população do planeta viver com menos de dois dólares por dia? Diariamente, 30 mil crianças morrem de fome e de outras causas absurdas.

No seguinte recorte da poesia, percebe-se que Thiago de Mello sonha com um trabalho que não gere humilhação, embora saiba que isso está longe de ser alcançado:

Que o pão do dia não chegue
sabendo a travo de luta
e a troféu de humilhação.
Que seja bênção da flor
Festivamente colhida
Por quem deu ajuda ao chão.

É proibido, então, sonhar? Sonhar, no entanto, não significa também denunciar o que ocorre? Se, pois, o poeta revela seu sonho é porque:

vivemos em meio a um engodo magistral, um mundo desaparecido que teimamos em não reconhecer como tal e que certas políticas artificiais pretendem perpetuar. Milhões de destinos são destruídos, aniquilados por esse anacronismo causado por estratégias renitentes, destinados a apresentar como imperecível nosso mais sagrado tabu: o trabalho (Forrester, 1997, p. 7).

Ao usar “flor”, Thiago de Mello quer que o trabalho seja uma bênção, algo que agrade às pessoas e que produza frutos, ou seja, valha a pena, não seja em vão. Isso, porém, está longe de acontecer, pois, conforme Forrester (1997), o trabalho, hoje, é “uma entidade desprovida de substância”, exatamente por causa de todas essas políticas que comandam os destinos das pessoas e impõe a elas o trabalho como dever e obrigação. E, inseridos nesse mundo “nossos conceitos de trabalho e, por conseguinte, de desemprego, em torno dos quais a política atua (ou pretende atuar), tornaram-se ilusórios e nossas lutas em torno deles, tão alucinadas quanto as do Quixote contra os moinhos” (Forrester, 1997, p.7).

Segundo Antunes (2003b), as maiores e mais variadas alterações no mundo do trabalho ocorreram depois dos anos 70 e trouxeram inúmeros problemas para os trabalhadores. Os meios tecnológicos que deveriam ajudar o trabalhador, facilitando o seu trabalho, acabaram por constituir-se como uma ameaça, pois a máquina passou a fazer o que antes fazia o homem. Desse modo, só o homem especializado passou a ter lugar garantido no mercado de trabalho e os outros ficaram marginalizados. Então, a sociedade passou a viver a crise do desemprego, da educação, da fome, da completa miséria e, especialmente, da violência social. O trabalho humano perdeu importância, mas ficou o problema: “não é ele que, em princípio, rege toda distribuição e, portanto, toda sobrevivência? Os emaranhados de intercâmbios que daí decorrem parecem-nos tão indiscutivelmente vitais quanto a circulação do sangue” (Forrester, 1997, p.7).

O poeta, no entanto, propõe uma mudança no quadro caótico e humilhante:

Mais do que flor, seja fruto
que maduro se oferece,
sempre ao alcance da mão.
Da minha e da tua mão.

O trabalho não tem produzido frutos para todos, pois poucos são os privilegiados que têm suas necessidades básicas atendidas integralmente. E, quando vem o fruto, ele chega verde e é necessário muita luta e suor para que ele amadureça. O trabalhador, assim, precisa superar um sistema cruel que ameaça descartá-lo como um objeto inútil:

quanto ao resto da humanidade, para “merecer” viver, deve mostrar-se “útil” à sociedade, pelo menos àquela parte que a administra e a domina: a economia, mais do que nunca confundida com o comércio, ou seja, a economia de mercado. “Útil”, aqui, significa quase sempre “rentável”, isto é, lucrativo ao lucro (Forrester, 1997, p. 13).

A partir do momento que o homem se torna mercadoria, seu trabalho passa a ser alienado e deixa de ser uma atividade vital, pois, conforme Duarte (1999), cumpre apenas uma necessidade que é a de manter sua existência física e, a atividade vital está além desta.

“(...) a atividade vital humana se caracteriza, em sua essência, por ser uma atividade que reproduz o homem enquanto ser genérico, que se distingue dos animais por possuir uma atividade vital livre e consciente” (Duarte, 1999, p. 29).

A sociedade e, dessa forma, o mercado de trabalho vivem um processo de constante desumanização, porque só vale aquele que pode oferecer lucro aos que dominam. A todo momento surgem novas técnicas e novos meios tecnológicos, o que afeta a todos, sejam eles pobres ou ricos. Alguns, todavia, são beneficiados e usufruem de maravilhas, enquanto outros morrem por falta de comida e de saúde. Quer-se um mundo onde as pessoas tenham direito de viver e que o pão seja conseguido com o fruto de um trabalho reconhecido, pois, assim, o pão vai alimentar e tornar-se-á o alimento que mantém o corpo e a alma.

4.1.2 A voz hegemônica

A concepção de trabalho não é, contudo, a mesma nos diferentes segmentos sociais. Talvez o fato de alguns usufruírem dos resultados e outros ficarem marginalizados possa ser considerado o divisor mais importante nas formas de entender o trabalho.

O seguinte texto ilustra uma outra concepção de trabalho².

O trabalho

Quem não trabalha é vadio.
É malandro, é preguiçoso.
Torna-se um ser doentio
E, por vezes, perigoso.
O trabalho é uma beleza,
É, na vida, uma ventura:
Ele afugenta a pobreza
Dá-nos conforto e fartura.
O trabalho é um dever
Que temos nós todo dia;
Porém, será um prazer,

² Utilizei, aqui, algumas idéias do artigo “Desafios para uma análise do discurso e para o ensino?” publicado por Voese na revista Linguagem em Discurso.

Quando feito com alegria.
(Guimarães, s.d.)

Quando o autor afirma que “Quem não trabalha é vadio./ É malandro, é preguiçoso./ Torna-se um ser doentio/ E, por vezes, perigoso.” ele pode não estar sendo justo, porque essa situação não é a de todos os trabalhadores. Muitos têm lutado para obterem um emprego e não conseguem e nem por isso, tornar-se-ão bandidos, conforme afirma – “perigosos”. Além disso, podem não ter um trabalho formal, mas exercem alguma atividade. Ninguém fica sem fazer nada no sentido real da palavra.

Sabe-se que o desemprego é algo sério e que afeta muitos países, alguns em proporções maiores e outros em menores. Se o problema existe, não se pode taxar o homem de “vadio”, “malandro”, “doentio”, “perigoso”, pois ter um trabalho depende de muitos fatores: escolaridade, idade, sexo, raça e, principalmente, conhecimento. De acordo com Schwartz (2000, p. 11):

Essa economia que está surgindo, totalmente nova ou renovando o que já existe, funciona com base em redes de conhecimento. Portanto, transformar-se num elo de uma cadeia de transmissão de conhecimento é a melhor forma de ficar próximo a um bom emprego.

No dizer de Antunes (2003b, p. 168), “o mundo do trabalho, nas últimas décadas, principalmente depois dos anos 70, sofreu diversas transformações, acarretando em sérios problemas para a classe trabalhadora”. Então, se as transformações estão ocorrendo de forma tão rápida, como culpar exclusivamente o homem pela falta de trabalho?

Diante do texto em análise, pode-se dizer que um dos inúmeros obstáculos enfrentados pelo trabalhador é o preconceito e a exclusão, pois, de acordo com Guimarães, todo aquele que não tem trabalho é vadio. Assim, aqueles homens e mulheres que necessitam de um emprego para sobreviverem, ficam à margem da sociedade, são excluídos e vistos de forma diferente. Causam até ameaça aos outros seres – “são perigosos”.

Além da exclusão de quem não trabalha, o autor mascara a situação do trabalho.

Diz:

O trabalho é uma beleza,
É, na vida, uma ventura:
Ele afugenta a pobreza
Dá-nos conforto e fartura.

Sabe-se que isso não é verdade. Para muitos, o trabalho é um fardo difícil de ser carregado, pois o fazem simplesmente para sobreviverem e não por satisfação. Além disso, o trabalho, ultimamente, não tem sido suficiente para satisfazer as necessidades básicas, quanto mais gerar fartura. Poucos são os que ganham um salário digno e que conseguem ter uma vida boa. A maioria da população sofre com a miséria, mesmo os que trabalham, porque conforme já se mencionou, não são valorizados pelo trabalho que exercem, são explorados. Lembrando, Antunes (2003), a situação das mulheres na Indonésia é triste, pois ganham cerca de 38 dólares ou menos por mês, trabalhando cerca de 60 horas semanais. No caso do Brasil, a situação não é muito diferente. Há brasileiros que recebem um salário de cerca de 260 reais por, no mínimo, 40 horas de trabalho. Então, diante desse universo, como dizer que o trabalho é uma “beleza”, uma “ventura”? Como afirmar que o trabalho propicia fartura se o que os trabalhadores ganham mal dá para comprarem comida para não morrerem de fome?

O trabalho é um dever
Que temos nós todo dia;
Porém, será um prazer,
Quando feito com alegria

Nos versos acima, evidencia-se, mais uma vez, que o desempregado parece não querer cumprir com suas obrigações – “é um dever”, logo, é vadio, preguiçoso e malandro. Por outro lado, fica subentendido na fala do autor que o trabalho que não é realizado todos os dias, também, não é considerado um dever cumprido. Esse argumento se confirma quando ele diz “Que temos nós todo dia”. Aqui, excluem –se aqueles trabalhadores que exercem sua profissão periodicamente, como a faxineira, o policial, o professor, o médico.

Através dos últimos versos, o autor tem consciência de que nem todo trabalho é prazeroso. A conjunção adversativa “porém” revela esse posicionamento. Embora saiba que muitos trabalhos são realizados sem satisfação, em nenhum momento utiliza sua voz a favor da causa dos trabalhadores. O autor se esquivava e não dedica um só verso àqueles que lutam diariamente por um emprego digno e por uma situação melhor.

O trabalho por obrigação e sem prazer acontece, porque quem não trabalha “morre”, morre de fome. Morre por falta de sonhos, desejos e morre porque deixa de ser humano e torna-se animal frente à sociedade. Segundo Aranha (2000), para que haja a satisfação no trabalho, é necessário que o homem exerça sua atividade como um ser que pensa, compreende, imagina, inventa e escolhe e não como alguém que simplesmente obedece – robô.

4.1.3 A voz do trabalhador

Se nos primeiros textos, foi possível observar a voz utópica de poeta a daquela que distorce a realidade, no seguinte, manifesta-se a voz do trabalhador que faz o pão de cada dia:

O Padeiro

Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento – mas não encontro o pão costumeiro. No mesmo instante me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a “greve do pão dormido”. De resto não é bem uma greve, é um lockout, greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido conseguirão não sei bem o que do governo.

Está bem. Tomo meu café com pão dormido, que não é tão ruim assim. E enquanto tomo café vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a idéia de gritar aquilo?

“Então você não é ninguém?”

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: “não é ninguém, não, senhora, é o padeiro”. Assim ficara sabendo que não era ninguém...

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma, e se despediu ainda sorrindo. Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal, quase sempre depois de uma passagem pela oficina – e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno. Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; “não é ninguém, é o padeiro!”

E assobiava pelas escadas.

(Braga apud Negrinho, Vol III, 1998)

No texto, “O padeiro”, faz - se uma comparação entre a profissão de jornalista e a de padeiro, buscando valorizar aquele que faz o pão – alimento - frente ao que traz a informação – conhecimento. O autor quer que se perceba que o padeiro é tão importante quanto o jornalista, embora essa valorização não seja real na sociedade. Através do recorte, “não é ninguém, é o padeiro”, fica evidente que o próprio indivíduo assume a condição de submissão e de desvalorização. Percebe-se que a desvalorização acontece, principalmente, com trabalhos que são considerados simples, ou seja, os que não exigem conhecimentos mais elaborados. Assim, essas profissões só são vistas e valorizadas quando fazem falta às outras e aos outros. Essa afirmação se confirma através do fragmento:

Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento – mas não encontro o pão costumeiro. No mesmo instante me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a “greve do pão dormido”. De resto não é bem uma greve, é um lockout, greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido conseguirão não sei bem o que do governo.

Nesse recorte, não há menção ao padeiro. O autor diz que não tem pão, lembra do patrão, mas em nenhum momento fala da figura daquele que faz o alimento, talvez, por saber que quem faz a greve não é o trabalhador, mas o patrão que tem como finalidade aumentar o preço.

Ao utilizar a expressão “greve do pão dormido”, o autor sugere que o povo ficará com o que é velho e ultrapassado. Através da greve, os poderosos querem atingir o governo que deveria zelar pelo bem-estar de todos, todavia quem é afetada é a classe mais humilde. Eles estão interessados em obter mais lucros e poder e o povo, mais uma vez, é condenado a viver com pão dormido, com os restos, com o que sobrou do dia anterior.

O jornalista lembra-se, porém, do padeiro apenas no momento em que vai tomar o café com pão velho. O autor quer que as pessoas vejam o trabalhador de forma diferente e o valorizem, ao dizer que o padeiro é humilde, mas exerce o trabalho com dignidade.

Está bem. Tomo meu café com pão dormido, que não é tão ruim assim. E enquanto tomo café vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando: - Não é ninguém, é o padeiro!

No texto em análise, constata-se que o padeiro não diferia muito dos animais irracionais, pois seu trabalho tornou-se algo mecânico. O trabalho que faz não tem cumprido sua essência. O padeiro não dialoga, não troca idéias com os outros de sua espécie, simplesmente “deixa o pão à porta do apartamento”.

Num dos recortes, observa-se que o padeiro perde consciência da sua função e assume uma voz social hegemônica como a do texto “O trabalho”. Por isso, torna-se submisso e age conforme o que as pessoas pensam dele:

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: “não é ninguém, não, senhora, é o padeiro”. Assim ficara sabendo que não era ninguém...

A submissão e a conformidade com a situação é tanta que ele chega a sorrir. Acredita que “ser ninguém” é resultado dele mesmo e deixa-se levar pelo pensamento alheio e não luta pela conquista do seu espaço. Essa desvalorização do trabalhador, por outro lado, faz parte da vida das pessoas, ou seja, dizer que ele “não é ninguém” é um modo de anular as

peessoas com quem não se deseja falar. Como se percebe, o discurso que se profere pode ser capaz de mudar atitudes e opiniões, isto é, o discurso (Voese, 1998) pode produzir sentidos diversos e que ele é sempre determinado e reflete o tecido social, logo, é determinado por uma ideologia que, nesse caso, leva o padeiro a aceitar o que outros dizem quando afirmam que ele “não é ninguém”.

Ao longo de todo o texto, o padeiro se conforma com sua condição e não se dá conta do menosprezo e da indiferença, inclusive por parte do jornalista - “Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante.” Essa frase deixa explícito que o próprio jornalista o desconsidera, entretanto continua fazendo comparações:

Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal, quase sempre depois de uma passagem pela oficina – e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Anteriormente, o jornalista afirma que o padeiro era menos importante “estava falando com um colega, ainda que menos importante” e, agora, aproxima o trabalho dele ao do padeiro. Vê-se uma contradição, uma vez que se ele se julga superior, então, parece hipocrisia comparar seu trabalho ao de um humilde homem. E a comparação utilizada “o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno” faz com que as pessoas pensem que os dois trabalhos se igualam, entretanto não é isso que se constata diariamente. Essa comparação fica boa no discurso, mas não é praticada.

No recorte abaixo, o jornalista tenta manifestar afeto pelo padeiro.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; “não é ninguém, é o padeiro!” E assobiava pelas escadas.

Ao iniciar o recorte dizendo que era rapaz na época em que conheceu o padeiro, o autor quer que se acredite que quando se é jovem pode-se fazer ou falar coisas sem se dar conta do sentido do que é proferido. Na frase seguinte, há uma menção de forma implícita ao trabalho do padeiro – no pão não vai o nome de quem o fez. Essa informação é bastante pertinente e faz com que se pense em quantas profissões são exercidas em silêncio. Recebe-se o produto, todavia não se lembra de quem o produziu. O não reconhecimento, o esquecimento são algumas das muitas formas de desvalorizar o trabalho e, conseqüentemente, o homem.

Ao dizer que recebeu “a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre”, o jornalista acha bonito o gesto do padeiro, sem se dar conta que a atitude do padeiro representa a aceitação de sua desvalorização, porque a humildade do homem está associada a uma prova de humilhação. Dizer que um ser humano é ninguém não constitui um ato nobre e sim uma afronta à dignidade. Há uma humilhação que se faz presente não só no trabalho do padeiro, como no de outros trabalhadores que são obrigados a se submeterem a esse constrangimento, porque necessitam sobreviver, mesmo que seja a custo do “pão dormido”. E o padeiro, talvez por não saber dizer o que realmente deveria, assobia, o que, também, poderia ser lido como uma acomodação ideológica do padeiro.

Assim como há desvalorização de tipos de trabalho, há também, na sociedade atual, um olhar de desprezo pelo que se realiza em determinados espaços como o do cotidiano, ou seja, o trabalho da mulher:

Mamãe não Trabalha

Era uma vez uma mulher que perdeu seu nome de batismo, ou melhor, trocou-o por outro muito usado: o de Mãe.

Sendo mãe, tornou-se uma pessoa essencialmente chata. A maior cobradora da paróquia: faça isso, faça aquilo...

O relógio toca. Começa a batalha.

_ Vamos acordar, pessoal!

Corre ligar a água para o café. O leite também.

_ Vamos, crianças, vistam o uniforme.

O pai já está no banho.

_ Rápido. Tem aula.

Coa o café. Serve a mesa.

_ Vamos, pessoal. Olhe a hora. Comam todo o pão. Escovem os dentes.

Pronto. O marido foi para o trabalho e os filhos para a escola. Trocou de roupa, retirou a mesa, limpou a louça do café. Arrumou as camas. Retirou o pó dos móveis. Chegou o verdureiro. Feitas as compras, corre ao açougueiro. Aproveita a saída e passa pelo banco e paga as contas de água e luz.

Volta correndo. Faz almoço. Olha o relógio. Está na hora do marido e os filhos chegarem.

Chegaram. Serve o almoço.

_ Menino, não belisque sua irmã!

O pai pede que esquite novamente o macarrão. Conta que hoje o trabalho melhorou muito, mas é para cuidar das despesas. Breve repouso e volta ao serviço.

A mãe lava a louça do almoço. A filha seca os pratos e o filho os talheres e se manda para o quintal. O cachorro aparece com os pêlos da cauda bem aparados.

_ Esse menino! Foi por isso que ele pegou a tesoura...

_ Crianças, façam a lição.

Sim, claro, arranjar figuras para a tarefa de Geografia. Costurar a barra da calça do menino. Pregar botão na camisa da menina.

_ Mãe, amanhã é aniversário da professora. Tenho que levar um bolo.

Pronto. O bolo está no forno. Enquanto assa, dá uma arrumadinha nos armários.

_ Vamos ao dentista. Cuidado ao atravessar a rua.

Passam na panificadora. Voltam para casa.

_ Tomem banho!

Providenciar o jantar.

Deixem o papai assistir ao noticiário sossegado. Ele está cansado. Trabalhou o dia todo.

_ Vão já para o banho. Já arrumaram o material para amanhã? Mas que turma! Desde que chegamos do dentista estou dizendo para irem para o banho.

Todos deitados. Verificação total da casa. Deixar a mesa arrumada para o café matinal.

_ Ora, veja! O menino esqueceu de guardar um caderno.

Abiu-o . Deu uma olhada na lição. Ele preencheu uma página com dados pessoais: seu nome completo, data de nascimento, local, e também dados familiares. Profissão do pai: mecânico. Profissão da mãe: não faz nada, só fica em casa.

(Souza apud Bourgeois, Vol. III, 1996.)

Ao longo da história da humanidade, o trabalho foi valorizado sempre de forma diferenciada quando realizado pelos homens ou pelas mulheres. Estas, por sua vez, conseguiram mudar muita coisa no mundo do trabalho, pois passaram a exercer também profissões historicamente praticadas pelos homens. Foi um grande marco na vida das mulheres o fato de deixarem de ser apenas aquelas que cuidavam da casa e poderem trabalhar em outras áreas. Todavia, isso não foi e não é tão positivo assim, porque além do serviço fora de casa, a mulher, na maioria das vezes, continua responsável também pelas tarefas domésticas, o que a deixa, obviamente, sobrecarregada. A sociedade, porém, ainda encara o trabalho da mulher como sendo inferior ao dos homens, apesar da competência demonstrada e

da sobrecarga assumida. E, por aceitarem esse modo de pensar, as mulheres acabam recebendo um salário menor que o dos homens.

Não são, contudo, todas as mulheres que passaram a ter jornada dupla, pois algumas, ainda, exercem exclusivamente o trabalho do lar e são, por isso, duplamente desvalorizadas: “uma categoria sempre esquecida é a dos empregados domésticos. (...) Quase sempre, trata-se de mulheres (93% do total), freqüentemente submetidas a humilhações impressionantes” (Dowbor, 2002, p. 68).

No texto “Mamãe não trabalha” ratifica-se essa desvalorização. A figura da mulher em análise perde até o seu nome próprio e submete-se a todos os trabalhos domésticos, “retirou a mesa, limpou a louça do café. Arrumou as camas. Retirou o pó dos móveis. Faz almoço”(...). Ela ganha um doce nome, mãe, que, na verdade, ao término do texto não é reconhecido.

O texto deixa explícita a avaliação de que toda mãe é chata, porque é ela quem faz as cobranças e dá as ordens.

Sendo mãe, tornou-se uma pessoa essencialmente chata. A maior cobradora da paróquia: faça isso, faça aquilo...

Além disso, percebe-se que a rotina da mulher é estressante e cansativa, porque faz, todos os dias, as mesmas atividades. O trabalho tornou-se mecânico:

O relógio toca. Começa a batalha.
 _Vamos acordar, pessoal!
 Corre ligar a água para o café. O leite também.
 _Vamos, crianças, vistam o uniforme.
 O pai já está no banho.
 Rápido. Tem aula.
 Coa o café. Serve a mesa.
 _Vamos, pessoal. Olhe a hora. Comam todo o pão. Escovem os dentes.

Como se pode perceber, ela age como um robô que estivesse programado para fazer tudo e servir a todos. Deixou de viver sua vida para viver a do marido e as dos filhos. Faz tudo para agradá-los. Esse é um tipo de comportamento que muitas mulheres

experenciaram. Abandonam suas vidas para fazer o que as pessoas a sua volta desejam e necessitam. Há uma anulação do seu ser e, em alguns casos, elas têm consciência disso, mas também não mudam, porque estão presas a uma situação difícil de modificar.

O recorte “o marido foi para o trabalho” sugere que só há trabalho fora de casa, o que pressupõe que o lar é lugar de repouso e alegria, de tranqüilidade e de encontro dos mais belos sentimentos, enquanto que a empresa é o lugar de sacrifício e obrigações.

A linguagem é reflexo e mostra que o trabalho de dona de casa é um eterno refazer. É arrumar para ser desarrumado. Limpar para que alguém suje. Organizar tudo para pouquíssimas vezes receber um elogio, um gesto de respeito e gratidão. É um serviço que exige agilidade, caso contrário, a pessoa não consegue realizar todos os afazeres. Para que a mulher faça tantas coisas durante o dia, tudo precisa ser bem pensado por ela, desde o café da manhã até o jantar. Além disso, leva as crianças ao dentista, ajuda-as nas tarefas, prepara o bolo para a professora, enfim, muitas atividades que precisam de uma super pessoa para realizar.

No fragmento seguinte, percebe-se a humildade da mulher:

Deixem o papai assistir ao noticiário sossegado. Ele está cansado. Trabalhou o dia todo.

O discurso revela que ela reconhece o trabalho realizado pelo marido e preza para que ele possa descansar. Quando diz que ele trabalhou o dia todo, leva a crer que só ele fez isso, embora ela não tenha parado um minuto. Mais uma vez, esquece-se dela mesma e, de tão preocupada com o bem-estar das pessoas que a rodeiam, até mesmo quando todos já estão dormindo, ela atua para finalizar o dia, faz a última vistoria em tudo, inclusive no caderno que o filho esqueceu de guardar.

Abriu-o. Deu uma olhada na lição. Ele preencheu uma página com dados pessoais: seu nome completo, data de nascimento, local, e também dados familiares. Profissão do pai: mecânico. Profissão da mãe: não faz nada, só fica em casa.

A frase utilizada pela criança “não faz nada, só fica em casa” é muito comum e é usada também pelas próprias mulheres que exercem a atividade da casa. Aceitaram a imposição da ideologia e o discurso posto.

Quando a autora finaliza com “não faz nada, só fica em casa”, ela pode estar se revelando solidária, pois há como que uma denúncia da desvalorização do trabalho da mulher e do ciclo da submissão e da alienação.

Na verdade, as mulheres trabalham muito e ganham pouco, essa é a realidade a que muitas se submetem. As conquistas da mulher no trabalho deixaram-na mais autônoma e ela passou a participar e a tomar conta também de outros setores da vida. Antes a renda principal da casa era do homem, hoje muitas mulheres assumiram essa responsabilidade. Em várias casas, a figura do homem diminuiu e são elas que fazem, também, o que antes era exclusivo deles. O fato de as mulheres precisarem trabalhar, leva-as, muitas vezes, a não exigirem seus direitos, porque têm medo de perderem o que garante o sustento dela e dos filhos. Dowbor (2002, p. 68) confirma esse posicionamento.

Outro imenso segmento fragilizado é constituído de mulheres que estão sozinhas à frente de uma família, caso que, em geral, representa situações desesperadoras, pois vêm-se permanentemente divididas entre a necessidade de trabalhar para sustentar os filhos e a de assegurar um mínimo de presença. Hoje, 26% das famílias são dirigidas por mulheres nessas condições, e não se pode esperar delas nenhuma mobilização organizada, pelo próprio esmagamento que significam a sobrecarga e a dificuldade material que sofrem.

A condição de mulher - mãe, fica comprometida, pois ela já não dispõe mais de tempo para os filhos, ficando, assim, os laços afetivos e familiares em segundo plano.

O texto “A hora passada a limpo” também faz referência ao trabalho exercido pela mulher e, de certa forma, referenda o que diz “Mamãe não trabalha”:

A hora passada a limpo

Sou compulsiva, eu sei. Limpeza e arrumação.

Todos os dias boto a mesa, tiro a mesa. Café, almoço, jantar. E pilhas de louça na pia, e espumas redentoras.

Todos os dias entro nos quartos, desfaço camas, desarrumo berços, lençóis ao alto como velas. Para tudo arrumar depois, alisando colchas de crochê.

Sou caprichosa, eu sei. Desce o pó sobre os móveis. Que eu colho na flanela. Escurecem-se as pratas. Que eu esfrego com a camurça. A aranha tece. Que eu enxoto. A traça rói. Que eu esmago. O cupim voa. Que eu afogo na água da tigela sob a luz.

E de vassoura em punho gasto tapetes persas.

Sou perseverante, eu sei. À mesa que ponho ninguém senta. Nas camas que arrumo ninguém dorme. Não há ninguém nesta casa, vazia há tanto tempo.

Mas sem tarefas domésticas, como preencher de feminina honradez a minha vida?

(Colasanti, apud Nicola, Vol. III., 1998.)

A mulher, durante muito tempo, foi vista como um ser frágil, sensível e que desempenhava apenas as tarefas do lar. Deveria servir ao marido e quanto mais dedicada fosse, melhor. Hoje, a realidade é outra. Ela deixou de ser vista exclusivamente como sexo frágil e passou a ter outras funções, seja no lar ou fora dele. No entanto, essas mudanças não ocorreram por acaso, precisou haver luta e, também, o homem sentiu necessidade de uma força a mais no orçamento familiar. Em muitas casas, só o que o homem ganhava não era suficiente. Essas e muitas outras dificuldades favoreceram a inserção da mulher no trabalho fora de casa.

Há, contudo, muitas mulheres que ainda vivem como nos séculos passados, fazendo somente o trabalho da casa, sem saber exercer outra atividade. O texto “A hora passada a limpo” exemplifica essa situação. A personagem praticou o trabalho doméstico por tanto tempo que se acomodou, não consegue se livrar desse ciclo de atividades repetitivas.

Nesse texto, a mulher assume uma determinada situação como condição de feminilidade, o que, no entanto, é efeito da ideologia machista.

Em cada enunciado, percebe-se a rotina e a alienação. É sempre o mesmo trabalho.

Todos os dias boto a mesa, tiro a mesa. Café, almoço, jantar. E pilhas de louça na pia, e espumas redentoras.
 Todos os dias entro no quarto, desfaço camas, desarrumo berços, lençóis ao alto como velas. Para tudo arrumar depois, alisando colchas de crochê.

A tarefa é desempenhada de forma automática e aleatória. A sensação que se tem é de que ela não sabe nem por que faz tudo isso. Está condicionada, pré-disposta a desempenhar sempre o mesmo papel.

O trabalho realizado pela personagem do texto torna-se ainda mais triste, porque ela mora sozinha. Realiza o trabalho somente para ela, mesmo sabendo que ninguém virá e observará o que fez:

Sou perseverante, eu sei. À mesa que ponho ninguém senta. Nas camas que arrumo ninguém dorme. Não há ninguém nesta casa, vazia há tanto tempo.

Vazia também está ela que não vê mais sentido na vida. Acostumou-se a casa e ao trabalho doméstico. Não consegue romper com o vazio. Ela já não é ela., por ter se submetido a um hábito quando a casa ainda estava cheia, pois ao dizer que a casa estava “vazia há tanto tempo”, pressupõe-se que outras pessoas já moraram ali antes.

No texto, fica evidente a submissão da mulher. Ela está tão alienada que não percebe mais nada ao seu redor. Essa personagem é vivida por muitas mulheres no mundo. Mulheres que só vêm a casa e o trabalho doméstico. Não são capazes de enxergar o mundo e outras realidades. Foram fortemente manipuladas pela ideologia e vivem submissas. O mundo para elas é a casa. As pessoas importantes são o marido e os filhos, nada mais. E, quando os filhos e o marido não estiverem presentes, não restará muita coisa, apenas a casa e o vazio de um ser.

No texto analisado anteriormente, “Mamãe não trabalha”, a mulher desempenha sua função para as pessoas de sua casa, tem obrigação de fazer, porque a casa está cheia. Em “A hora passada a limpo”, a mulher, se quiser não precisa exercer esse trabalho, pois a casa está vazia, poderia fazer quando quisesse. Entretanto, faz o mesmo trabalho todos os dias.

Em ambos os textos, percebe-se o não reconhecimento e a desvalorização. Portanto, que diferença faz a casa estar cheia ou vazia?

No fragmento “mas sem tarefas domésticas, como preencher de feminina honradez a minha vida?”, observa-se que o uso do conectivo adversativo “mas” poderia insinuar o desejo de mudança da personagem. Parece que ela sonha com algo diferente e quer romper com a situação, porém, em seguida, afirma que sua vida deixará de ser honrada se esse trabalho não for feito. É como se cometesse um crime, não consegue pensar em ser mulher sem fazer essas tarefas. Para ela, deixar as atividades domésticas de lado é não se reconhecer como mulher e, sem trabalho no lar, sua vida será ainda mais vazia.

4.1.4 A voz da ruptura

O operário em construção³

Era ele que erguia casas
 Onde antes só havia chão.
 Como um pássaro sem asas
 Ele subia com as casas
 Que lhe brotavam da mão.
 Mas tudo desconhecia
 De sua grande missão:
 Não sabia, por exemplo
 Que a casa de um homem é um templo
 Um templo sem religião
 Como tampouco sabia
 Que a casa que ele fazia
 Sendo a sua liberdade
 Era a sua escravidão.

De fato, como podia
 Um operário em construção
 Compreender por que um tijolo
 Valia mais do que um pão?
 Tijolos ele empilhava
 Com pá, cimento e esquadria
 Quanto ao pão, ele o comia...
 Mas fosse comer tijolo!

³ O poema está, obviamente, incompleto no livro didático analisado, o que prejudica ainda mais uma atividade problematizadora com o texto. Entretanto, há uma cópia de todo o poema em anexo.

E assim o operário ia
 Com suor e com cimento
 Erguendo uma casa aqui
 Adiante um apartamento
 Além uma igreja, à frente
 Um quartel e uma prisão:
 Prisão de que sofreria
 Não fosse, eventualmente
 Um operário em construção.
 Mas ele desconhecia
 Esse fato extraordinário:
 Que o operário faz a coisa
 E a coisa faz o operário.
 De forma que, certo dia
 À mesa, ao cortar o pão
 O operário foi tomado
 De uma súbita emoção
 Ao constatar assombrado
 Que tudo naquela mesa
 Garrafa, prato, facão –
 Era ele quem os fazia
 Ele, um humilde operário,
 Um operário em construção
 Olhou em torno: gamela
 Banco, enxada, caldeirão
 Vidro, parede, janela
 Casa, cidade, nação!
 Tudo, tudo o que existia
 Era ele quem o fazia
 Ele, um humilde operário
 Um operário que sabia
 Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento
 Não sabereis nunca o quanto
 Aquele humilde operário
 Soube naquele momento!
 Naquela casa vazia
 Que ele mesmo levantara
 Um mundo novo nascia
 De que sequer suspeitava.
 O operário emocionado
 Olhou sua própria mão
 Sua rude mão de operário
 De operário em construção
 E olhando bem para ela
 Teve um segundo a impressão
 De que não havia no mundo
 Coisa que fosse mais bela.

Foi dentro da compreensão
 Desse instante solitário
 Que, tal sua construção
 Cresceu também o operário.
 Cresceu em alto e profundo
 Em largo e no coração
 E como tudo que cresce
 Ele não cresceu em vão.
 Pois além do que sabia
 Exercer a profissão

O operário adquiriu
 Uma nova dimensão:
 A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu
 Que todos admirava:
 O que o operário dizia
 Outro operário escutava.
 E foi assim que o operário
 Do edifício em construção
 Que sempre dizia sim
 Começou a dizer não.
 E aprendeu a notar coisas
 A que não dava atenção:
 Notou que sua marmitta
 Era o prato do patrão
 Que sua cerveja preta
 Era o uísque do patrão
 Que seu macacão de zuarte
 Era o terno do patrão
 Que o casebre onde morava
 Era a mansão do patrão
 Que seus dois pés andarilhos
 Eram as rodas do patrão
 Que a dureza do seu dia
 Era a noite do patrão
 Que sua imensa fadiga
 Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!
 E o operário fez-se forte
 Na sua resolução.

.....
 (Moraes apud Negrinho, Vol IV, 1998.)

No texto, “O operário em construção”, Vinícius de Moraes desconstrói uma imagem que as pessoas têm a respeito do operário, um profissional sempre visto como simples e sem valor. Num primeiro momento, o próprio operário do texto não reconhece a grandiosidade daquilo que ele exerce, assim como no texto de Rubem Braga. Entretanto, no texto “O padeiro”, o personagem sente-se um ninguém até o final o que não ocorre em “O operário em construção”.

Muitos são os empregados que não têm consciência do trabalho que desempenham. Desconhecem o papel que exercem dentro do universo do trabalho, porque o que conta para eles é apenas o salário que vão receber (mesmo que seja uma miséria) e não o que fazem. São capazes de trabalhar por qualquer preço para não passarem fome e não

deixarem seus filhos morrerem. Assim, vendo a necessidade, submetem-se às ordens daqueles que mandam e os exploram.

Segundo Dowbor, é preocupante o número de trabalhadores com baixa escolaridade. Talvez, resida aí a desvalorização, pois a sociedade, de maneira geral, reconhece como importante aqueles trabalhos que exigem conhecimento formal, aquele conhecimento adquirido na escola.

(...) entre os 72 milhões efetivamente ocupados, temos sólidos 40% de trabalhadores com baixíssima escolaridade e um bom número de trabalhadores pouco produtivos por desnutrição e outros fenômenos característicos do subdesenvolvimento(...) (2002, p. 23).

O trabalho perdeu sua função primeira, virou uma obrigação e o capitalismo contribuiu muito para isso, pois, hoje, trabalha-se buscando mais o dinheiro do que a satisfação pessoal. Logo, o homem vende o seu trabalho e a si mesmo para obter o tão almejado capital. Marx (apud Duarte, 1999, p. 171) diz:

enquanto o trabalho é trabalho assalariado e sua finalidade é imediatamente o dinheiro, a riqueza em geral é **posta** como seu objeto e finalidade. (...) O dinheiro como finalidade converte-se aqui no meio da laboriosidade universal. A riqueza universal é produzida com a finalidade de obter-se a posse de seu representante. De tal modo se abrem as fontes reais da riqueza. Porque ao ser a finalidade do trabalho não um produto particular que está em uma relação particular com as necessidades particulares do indivíduo, mas sim o dinheiro, ou seja, a riqueza em sua forma universal, a laboriosidade do indivíduo passa a não ter nenhum limite; é agora indiferente a qualquer particularidade e assume qualquer forma que sirva para esse fim.

Percebe-se que o indivíduo torna-se um ser alienado, porque o que lhe interessa é o dinheiro. Deixa de pensar na importância do seu trabalho, pois o que importa é o que ele recebe, mesmo que para isso precise sacrificar outras pessoas ou a ele mesmo. O homem não vê mais nem os limites e nem os outros, pois a ele só interessa o capital. Uma sociedade assim é excludente, porque nem todos conseguem competir de igual para igual.

No recorte abaixo, o autor utiliza-se das comparações e tenta mostrar o quanto é importante a tarefa de um operário, embora o personagem, em geral, não se dê conta disso.

Tudo é transformado pelas mãos do operário, mas, infelizmente, ele não tem consciência da sua importância. O que podia ser a sua liberdade, torna-se prisão e o trabalho vira uma obrigação, algo que serve, simplesmente, como meio de subsistência.

Era ele que erguia casas
 Onde antes só havia chão.
 Como um pássaro sem asas
 Ele subia com as casas
 Que lhe brotavam da mão.
 Mas tudo desconhecia
 De sua grande missão:
 Não sabia, por exemplo
 Que a casa de um homem é um templo
 Um templo sem religião
 Como tampouco sabia
 Que a casa que ele fazia
 Sendo a sua liberdade
 Era a sua escravidão.

Nesse recorte, percebe-se que o indivíduo não se reconhece como produtor de sua história. Confirma-se esse argumento com o verso “mas tudo desconhecia”. Desse modo, retiram-lhe a consciência do valor do produto por ele construído. Aqui, o operário é um “ninguém”, simplesmente faz o trabalho mecanicamente, sem se dar conta da importância do que realiza e do seu papel de cidadão.

O recorte revela que o indivíduo não consegue perceber as transformações que opera, pois está fortemente determinado pela ideologia e essa não o deixa enxergar aquilo que realiza. Segundo Fairclough:

(...) as ideologias são significações/ construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/ sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (2001, p. 117).

Confirma-se, pois, o quanto o trabalhador, em geral, pode ser dominado pela ideologia, o que, no entanto, não significa que o processo vai se perpetuar. O indivíduo poderá superar a dominação e, dessa forma, transcender a ideologia. Para que passe a ter consciência, o operário precisa, primeiramente, travar uma luta consigo mesmo e, posteriormente, deixar

de aceitar as imposições da sociedade. E um dos pontos de partida pode ser a avaliação e a comparação dos valores de diferentes produtos:

De fato, como podia
 Um operário em construção
 Compreender por que um tijolo
 Valia mais do que um pão?
 Tijolos ele empilhava
 Com pá, cimento e esquadria
 Quanto ao pão, ele o comia...
 Mas fosse comer tijolo!

O operário não compreende que seu trabalho era tão importante como qualquer outro. Pelo contrário, as avaliações que faz passam apenas pelo que cada atividade significa para o imediato da sobrevivência, isto é, enquanto o pão mantém o trabalhador em ação, o tijolo da construção, para ele, é apenas um produto do qual ele não pode tirar proveito imediato. A falta de consciência não permite que ele enxergue a dominação e o seu assujeitamento. Antunes (2003b) diz que, para solucionar esse problema do querer sempre mais por parte daqueles que mandam, dessa ambição que toma conta do mundo, é necessário que a lógica da produção societal esteja voltada para produzir valores de uso e não valores de troca. A sociedade necessita produzir coisas úteis e não supérfluos. Se isso ocorrer o homem terá mais tempo livre e poderá desfrutar da vida. Passará a viver como gente e não como máquina.

Vinícius, ao falar do trabalho do operário, diz:

E assim o operário ia
 Com suor e com cimento
 Erguendo uma casa aqui
 Adiante um apartamento
 Além uma igreja, à frente
 Um quartel e uma prisão:
 Prisão de que sofreria
 Não fosse, eventualmente
 Um operário em construção.

O indivíduo está aprisionado à falta de consciência do valor de seu trabalho. Por ser um operário em “construção”, pode, contudo, romper essa prisão e tomar consciência do

seu papel. Assim sendo, por mais assujeitado que esteja, pode o homem vir a ter consciência, pois, o construir-se é um processo que não se submete, necessariamente, a uma anulação permanente e definitiva.

No seguinte recorte, constata-se que o operário começa a despertar para o valor do trabalho que realiza: é o início da tomada de consciência.

Mas ele desconhecia
 Esse fato extraordinário:
 Que o operário faz a coisa
 E a coisa faz o operário.
 De forma que, certo dia
 À mesa, ao cortar o pão
 O operário foi tomado
 De uma súbita emoção
 Ao constatar assombrado
 Que tudo naquela mesa
 Garrafa, prato, facão –
 Era ele quem os fazia
 Ele, um humilde operário,
 Um operário em construção
 Olhou em torno: gamela
 Banco, enxada, caldeirão
 Vidro, parede, janela
 Casa, cidade, nação!
 Tudo, tudo o que existia
 Era ele quem o fazia
 Ele, um humilde operário
 Um operário que sabia exercer a profissão.

O operário começa a romper sua condição de assujeitado e passa a perceber a relevância de tudo aquilo que ele produz. Toma consciência de que assim como ele precisa do resultado do trabalho, também quem o pagava precisava – “Que o operário faz a coisa/ E a coisa faz o operário”. Essa é uma tomada de consciência importante que a classe trabalhadora precisa operar. Os empregados não valorizam o que fazem e, conseqüentemente, não mudam o fato de serem desvalorizados pela sociedade.

Pouquíssimos são os operários que conseguem soltar as algemas da submissão, não porque não desejam, mas porque a ideologia não deixa e não quer que façam isso. Interessa à classe dominante da sociedade que seus operários sejam passivos, que não lutem

pelos seus direitos e que não se reconheçam como cidadãos capazes e autônomos. Isso fica comprovado quando o operário se considera “um simples operário”.

A partir da tomada de consciência, contudo, as relações de dominação e de poder impostas pela ideologia dominante podem ser quebradas. Dessa forma, o trabalhador terá direito à voz e poderá fazer de seu discurso, um instrumento de transformação.

À medida que os indivíduos simplesmente e mecanicamente reproduzem tarefas, a história tenderá a se perpetuar em suas estruturas injustas e opressoras. O contrário também é verdadeiro, ou seja, um novo mundo e uma nova sociedade sempre nascem quando cidadãos tomam consciência dos seus papéis.

O recorte abaixo vem revelar um mundo novo para o operário e que o “simples operário” desconhecia:

Ah, homens de pensamento
 Não sabereis nunca o quanto
 Aquele humilde operário
 Soube naquele momento!
 Naquela casa vazia
 Que ele mesmo levantara
 Um mundo novo nascia
 De que sequer suspeitava.
 O operário emocionado
 Olhou sua própria mão
 Sua rude mão de operário
 De operário em construção
 E olhando bem para ela
 Teve um segundo a impressão
 De que não havia no mundo
 Coisa que fosse mais bela.

Ao perceber a importância do seu papel e de tudo o que ele havia construído, o operário encanta-se com suas mãos, pois é através delas que tudo se constrói. Embora não tenha mãos belas – “sua rude mão de operário”-, magníficas coisas são criadas. A palavra “rude” remete ao trabalho árduo, àquele trabalho difícil, pesado e que deixa as mãos feridas, grossas e com calos. O operário acha as mãos belas não pelo que elas são em si, todavia por tudo aquilo que elas são capazes de criar.

A idéia da divisão social do trabalho, os que pensam e os que fazem, surge no recorte seguinte:

Foi dentro da compreensão
 Desse instante solitário
 Que, tal sua construção
 Cresceu também o operário.
 Cresceu em alto e profundo
 Em largo e no coração
 E como tudo que cresce
 Ele não cresceu em vão.
 Pois além do que sabia
 _Exercer a profissão _
 O operário adquiriu
 Uma nova dimensão:
 A dimensão da poesia.

O operário passa a compreender que, além da força de sua ação, exercida como profissional braçal, também possui a força de seu pensamento. Se antes apenas os outros pensavam o trabalho, agora, o operário, em crescente construção, também reconhece em si esta capacidade. O que se diz na poesia pode ser visto como o ato de pensar um novo mundo, um mundo utópico, um mundo que permita ao operário sonhar. Sonhar com condições dignificantes e não humilhantes.

Na penúltima estrofe, observa-se que o autor faz prevalecer que o diálogo entre iguais abre caminho para uma revolução no mundo do trabalho.

E um fato novo se viu
 Que todos admiravam:
 O que o operário dizia
 Outro operário escutava.
 E foi assim que o operário
 Do edifício em construção
 Que sempre dizia sim
 Começou a dizer não.
 E aprendeu a notar coisas
 A que não dava atenção:
 Notou que sua marmitta
 Era o prato do patrão
 Que sua cerveja preta
 Era o uísque do patrão
 Que seu macacão de zuarte
 Era o terno do patrão
 Que o casebre onde morava
 Era a mansão do patrão
 Que seus dois pés andarilhos
 Eram as rodas do patrão
 Que sua imensa fadiga

Era amiga do patrão.

A organização dos operários remete à teoria marxista a qual conclamava a união do proletariado. Assim, os operários romperiam com uma ideologia que busca sempre o consenso social sobre os valores dos diferentes trabalhos. O operário rompe o silêncio - “Que sempre dizia sim/ Começou a dizer não” - , porque percebe que tudo que produz lhe é retirado para tornar-se riqueza e poder nas mãos de quem o oprime. Fica evidente, nesse fragmento, os contrastes entre o operário e o patrão: este tem o melhor e aquele tem o que pode.

Ao dizer “Não!”, tudo pode mudar na vida do operário, porque agora ele tem consciência do seu trabalho.

E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.

Dizer não é difícil, principalmente, quando se vive num mundo com trabalho escasso. Tornar isso uma prática é um desafio para que o operário possa valorizar o que faz e lutar por condições mais dignas no trabalho.

4.2 SILENCIAMENTO DOS SILENCIAMENTOS

O cotejo é um procedimento proposto por Bakhtin (1992) para a compreensão de um texto, ou seja, para se perceber não só o que se diz, mas também o que se silencia. Para isso, é preciso operacionalizar o que Bakhtin chama de dialogia, princípio fundamental para se compreender a linguagem como um processo, como uma interação das forças vivas presentes na sociedade e não apenas como meio de comunicação. Através do cotejo, os textos dialogam, interagem entre si e, desse modo, “o diálogo aparece, então, como a forma primeira de fala, mediador na qualidade de estímulo externo e reversível, na medida em que se

interioriza e vai desenvolvendo aos poucos a consciência do mundo e a consciência de si” (Proposta Curricular, 1998, p. 59). Isso significa que o sujeito só se constrói e se constitui na interação com outros sujeitos, logo “o eu humano, por analogia, não tem existência independente; depende do meio ambiente social, que estimula sua capacidade de mudança e resposta” (Stam, 1992, p. 17).

4.2.1 Contexto de utilização dos textos: o silenciamento do não-dito

Ao analisar as atividades realizadas com os textos sobre o trabalho, constata-se que as mesmas, por silenciarem a dimensão polifônica e dialógica do texto, dificultam a construção de uma consciência crítica e transformadora por parte dos alunos. O texto “O trabalho”, por exemplo, foi utilizado na sexta série do Ensino Fundamental e visava à produção textual, no entanto a proposta, em nenhum momento, faz com que os alunos, de fato, produzam e, também, não desperta o senso crítico, muito pelo contrário, pede apenas a reprodução do que já está pronto: “leia o poema e escreva-o em prosa, no caderno, com suas próprias palavras.”

A atividade dialógica proposta, porém, se faz com um texto de uma mesma linha ideológica que o de Vicente Guimarães e não propõe uma atividade que revele os silenciamentos:

O Dia do Trabalho

O dia primeiro de maio é festejado em todas as nações civilizadas do mundo. Neste dia são homenageados aqueles que dedicam seus esforços e capacidades no trabalho útil à comunidade.

O trabalho cotidiano nas indústrias, no comércio, na lavoura, nas ciências é que traz o progresso da humanidade.

Para que serve o trabalho?

O trabalho é uma fonte de sustento. Por meio do trabalho, conseguimos o necessário para sobrevivermos. O trabalho nos dá o pão de cada dia.

O trabalho nos traz saúde. Água parada fica estragada. Do mesmo modo, a mente e o corpo perdem a saúde quando não são exercitados com o trabalho.

O trabalho traz progresso. Hoje em dia, há milhares de máquinas que substituem os homens no trabalho e com grande produção, mas o homem nunca deve deixar de trabalhar, porque o trabalho é uma necessidade para a mente e para o corpo.
O trabalho nos livra do mal. A preguiça é a mãe de muitos males. Os vagabundos quase sempre causam problemas e perigos para a sociedade. Quem trabalha valoriza-se e afasta-se do mal. Quem trabalha não dá trabalho. (Revista Nosso Amiguinho)

Os textos evidenciam a ideologia capitalista: o trabalho serve para ganhar dinheiro e quem o tem tudo pode. Desse modo, embora se tenha dois textos para que a partir dele se “produza” um terceiro, esses não favorecem um contraponto e/ou uma problematização, apenas se completam. As atividades desenvolvidas, então, não propiciam o que Zozzoli (2002) chama de *produção responsiva ativa*, ou seja, uma atividade que está além do texto produzido e que se faz pela interação e não acaba no texto. Assim, dentro dessa ideologia capitalista, os alunos são meros receptáculos e reproduzem os sentidos dos textos.

O texto “O pão de cada dia”, usado na primeira série do Ensino Médio, serviu como tema para produção de um texto argumentativo. A temática não poderia fugir ao que o texto dizia. Embora o poema denuncie os problemas que ocorrem no trabalho, ele silencia a solução, não propõe o que deveria ser feito para mudar a situação. Atividades como essa,

direcionadas através de determinações prévias, fechadas e detalhadas, bem como atividades que suponham uma grande dependência de um texto dado, (...) dão margem a menos manifestações ativas do que atividades mais abertas, em que o aluno tem mais espaço para recorrer a fontes e conhecimentos diversos (Zozzoli, 2002, p. 23-24).

O texto “O padeiro” foi retirado de um livro didático de sétima série do Ensino Fundamental e, a partir dele, a autora propôs tanto atividades de compreensão do texto quanto de produção textual, todavia, essas se referiam exclusivamente aos ditos. Os exercícios resumiram-se a cópias de partes do texto ou exigiam respostas que não levavam à reflexão do aluno, por exemplo:

1. Essa narração é predominantemente estática, porque se apresenta quase sem movimentação e participação dos personagens. Retire uma passagem do texto que comprove esta afirmação.
2. Por que o padeiro dizia que não era ninguém quando batia às portas das casas para entregar o pão?

3. No 7º parágrafo, o autor se considera mais ou menos importante do que o padeiro? Por quê? (Negrinho, 1998, p.14).

Na atividade em que se propôs à escrita, intitulada “Vamos escrever livremente”, o aluno, que aparentemente teria liberdade para colocar suas idéias no papel, precisou moldar-se às perguntas que foram estabelecidas:

segundo o texto de Rubem Braga, o pão e o jornal chegam bem cedinho à porta de cada lar. O primeiro é alimento para o corpo; o segundo, para o espírito. Você concorda com a afirmação? Por quê? Qual delas você considera mais importante para o ser humano? Ou você considera que ambos são importantes? (idem, ibidem, p. 17).

Desse modo, mais uma vez recorrendo a Zozzoli, a atividade não propiciou uma atitude responsiva do aluno, sendo, assim, um agente passivo e que reproduz a ideologia do texto e do que é pedido a ele.

O texto “Mamãe não trabalha” foi extraído de um livro didático de sétima série do Ensino Fundamental e fez parte de um capítulo que abordava a mulher. Antes do texto ser apresentado, o livro contou a história da mulher no século XVI.

A partir do texto, a autora sugere exercícios de compreensão, interpretação e produção textual, que se resumem ao que já foi dito, não estabelecendo relações dialógicas produtivas e que favoreçam a descoberta dos sentidos silenciados. As questões revelam que o aluno fará cópia do texto:

1. Por que o narrador do texto “Mamãe não trabalha” afirma que, sendo mãe, a mulher torna-se uma pessoa chata?
2. “O relógio toca. Começa a batalha”. Qual é a batalha a que o narrador se refere?
3. Por que o menino afirma, no final do texto, que sua mãe não faz nada? (Bourggogne & Silva, 1996, p. 16).

A preocupação do texto é de mostrar a situação da mulher e o quanto é desvalorizada no trabalho doméstico. Então, deveria propor uma forma de fazer com que elas pudessem romper com essa condição, no entanto, esquivava-se dessa tarefa. O livro coloca,

também, uma atividade de produção textual: “De leitor a escritor”. Nessa, pede-se que o aluno escreva uma narrativa e que leve em conta a proposta:

Depois de ler o que o filho escreveu, a mãe resolveu realmente não fazer nada. Escreva contando como ficou o cotidiano da família. Procure dar detalhes, vá recorrendo ao texto para pensar o que a mãe deixou de fazer e o que isso provocou na vida dos filhos e do marido. Tente mostrar como as personagens vão se sentindo conforme as ações vão se sucedendo... (idem, *ibidem*, p. 17).

Ao sugerir a produção de um texto narrativo e que nem sempre a história é verídica, sustenta-se ainda mais a idéia de que é difícil a mulher mudar a situação. Além disso, não significa que se ela deixar de fazer as atividades domésticas será valorizada quando voltar a realizá-las. Aqui, assim como em outros exercícios de escrita, delimita-se o que o aluno deve escrever.

Outro texto que fala sobre a condição da mulher é “A hora passada a limpo”. Esse foi extraído de um livro didático utilizado na terceira série do Ensino Médio e utilizou-se junto com outro para exemplificar os elementos de um texto narrativo. Após a leitura dos mesmos, o autor pede:

“Sugerimos que após a leitura dos textos seja feita uma discussão abordando o trabalho realizado pelos autores com os elementos da narrativa” (Nicola, 1998, p. 34).

Percebe-se que esse texto não serviu para análise do tema trabalho, entretanto, isso não o libera do comprometimento ideológico e do que ele silencia.

As atividades envolvendo o texto “O operário em construção” não diferem das outras. Mostram ao aluno simplesmente o que ele já sabe. Algumas das questões feitas são de assinalar, fazendo com que o aluno não reflita muito, pois uma daquelas será a resposta.

- 1) A melhor explicação para o título do poema, de acordo com o tema, é a que afirma que o operário:
 - a) constrói casas com seu trabalho digno e sempre se mostrou politizado;
 - b) é um homem digno que se faz sozinho, por isso se torna explorado;
 - c) constrói casas e se constrói como um ser conscientizado;
 - d) não passa de um escravo de seu trabalho e de seu patrão (Negrinho, 1998, p. 125).

Há, também, perguntas subjetivas, todavia não exigem grande esforço dos alunos para que possam respondê-las:

- 1) No texto, o operário se conscientizou de quê? Por que ele se conscientizou?
- 2) O que significa o verso: “Começou a dizer não”? (idem, ibidem, p. 126).

Nesse livro, utilizado na oitava série do Ensino Fundamental, pede-se, ainda, que o aluno produza um texto dissertativo e a atividade é intitulada “Vamos escrever livremente”:

“O operário faz a coisa e a coisa faz o operário”. Escreva uma dissertação sobre essa relação de reciprocidade homem/ trabalho. Procure destacar a importância do homem como realizador do trabalho, como quem cria ou faz as coisas. E pense também sobre como o trabalho possibilita ao homem realizar-se enquanto homem, como permite-lhe expressar-se, abrir-se para o mundo (Negrinho, 1998, p. 127).

Percebe-se que os contextos de utilização dos textos servem para confirmar os silenciamentos presentes não só nos textos analisados como também nas atividades desenvolvidas.

4.2.2 Silenciamentos

Ao realizar o cotejo entre os textos que circulam na sala de aula em uma relação dialógica com o outro, e entre esses e os das referências teóricas, é possível alistar a dialogia que se dá entre os ditos e os não-ditos, ou seja, o cotejo revela importantes silenciamentos, tais como:

1. Em “O pão de cada dia”, o enunciante manifesta um desejo ou um sonho. Fala de “suor que corre em vão”, “travo de luta” e “troféu de humilhação” que, porém, são expressões muito vagas para expor a real situação do trabalhador. Silencia, por exemplo, sobre a força da ideologia de um sistema social, da aceitação e da submissão

do trabalhador, da falta de emprego e de como é quase impossível fugir desse esquema cruel. Além disso, embora denuncie o problema do trabalhador, em momento algum aponta uma solução e como esse poderia tomar consciência para sair da situação. Assim, Thiago de Mello, ao dizer como o trabalho deveria ser, não deixa perceber o que de fato acontece ou, ao menos, não aborda claramente a real situação dos trabalhadores, seres que, segundo Forrester (1997, p. 16) são “considerados supérfluos. Não subalternos nem reprovados: supérfluos. E por essa razão, nocivos”, pois já não conseguem dar o lucro que a sociedade almeja. Dessa forma, silencia-se o que o trabalho não tem propiciado a todos “O pão de cada dia”.

2. No poema “O Trabalho”, os silenciamentos podem ser interpretados, até com bastante segurança, como efeitos de uma ideologia dominante, ou seja, alguém que não está submetido à situação desesperadora do trabalhador fala do trabalho, mas silencia que:
 - a) o trabalho da mulher dona-de-casa é de “todo o dia” e torna-se uma rotina estressante e desumanizante, além de desvalorizada (“não trabalha”) e não é remunerada;
 - b) não são todos os trabalhos que dão “conforto e fartura”, pois muitos trabalhadores sacrificam-se e não conseguem ter o mínimo para sobreviver dignamente. Há, porém, aqueles que não trabalham e nem por isso deixam de ter fartura, pois, muitas vezes, beneficiam-se do trabalho do outro. Cotrim afirma que o trabalho “em vez de servir ao progresso de todos, passou a ser utilizado para o enriquecimento de alguns” (1993, p. 29);
 - c) trabalhar todo dia significa privar as pessoas do direito ao descanso e ao lazer, tão importantes para a realização do ser humano;
 - d) nem todas as pessoas que estão sem trabalho tornar-se-ão doentias e perigosas. Por outro lado, há aquelas que trabalham e acabam doentes, seja pelo o que o trabalho propicia ou por outra situação. Além disso, alguns, não satisfeitos com o trabalho que possuem e com

a remuneração que recebem, caem em caminhos obscuros. Então, a garantia de trabalho não significa terem-se pessoas saudáveis e que não ofereçam perigo;

- e) por não ter um trabalho formal, não significa que a pessoa não faça nada, pois, muitas vezes, está nessas condições não por querer, mas porque o sistema não lhe oferece uma oportunidade;
- f) o trabalho nem sempre é uma “beleza”, pois boa parte dos trabalhadores exerce suas atividades descontentes e o fazem pela necessidade de sobreviverem. Isso pode ser confirmado com o que diz Cotrim (1993, p. 35) quando afirma que “o trabalho caracteriza-se em nossos dias como uma atividade basicamente **compulsória** e **heterônoma**. Compulsória porque a pessoa trabalha não por um ato interior de vontade, mas pela obrigação de ganhar dinheiro para viver”;
- g) a culpa dessa problemática não é só do trabalhador, mas, principalmente, desse sistema capitalista injusto que só está interessado no lucro, pois “dominado por essa orientação mercantil alienante, (...) o indivíduo não mais se identifica com o que ele é, sabe ou faz. Para ele, não conta sua realização íntima e pessoal, mas apenas o sucesso em vender socialmente suas qualidades (idem, ibidem, p. 35);
- h) o trabalhador vive sob pressão, pois o trabalho “é um dever” e, por isso, deixa de exercer uma atividade consciente e torna-se alienado: “(...) a pessoa trabalha obedecendo a regras, horários, padrões e finalidades fixados pelo empregador. Essas características conferem ao trabalho um poder de alienação do indivíduo. E por isso ele perde seu valor dentro da vida das pessoas” (idem. Ibidem, p. 35);
- i) a alegria que o trabalhador poderia sentir, acaba se transformando em sofrimento, porque o que recebe não supre, na maioria das vezes, suas necessidades;
- j) o trabalho é mitificado, ou seja, diz-se dele o que ele não é.

3. Nos textos em que se manifestam as vozes de trabalhadores de diferentes lugares sociais, observa-se uma profunda conformação do trabalhador com a situação. E o autor do texto “O padeiro” parece querer manifestar apenas uma grande compaixão diante da situação absurda de alguém aceitar sorrindo a sua própria humilhação.

Silenciam, porém:

- a) como se dá o processo que faz o indivíduo um assujeitado;
- b) o que o padeiro poderia fazer para romper com a alienação e a rotina do trabalho que realiza;
- c) que a falta de valorização das pessoas diante de profissões, como a do padeiro, dá-se, principalmente, devido ao menor grau de instrução formal, ou seja, estudou pouco ou nada;
- d) o não reconhecimento por trabalhos que exigem que o trabalhador levante cedo, sacrificando, dessa forma, seu descanso.

No texto “Mamãe não trabalha”, silencia-se:

- a) como mudar a situação em que se verifica a crueldade da desvalorização do trabalho da dona-de-casa:

(...) a mulher não deve trabalhar “fora”, deve cuidar do lar, dos filhos, atividades que não são consideradas trabalho, mas que, apesar disso, constituem a força invisível e não remunerada que mantém os homens da casa trabalhando, ou seja, o trabalho não remunerado da mulher é responsável pela reprodução e manutenção da mão-de-obra masculina (Toledo & Gancho, 2000, p. 67).

- b) que o homem só consegue trabalhar fora, porque a mulher fica em casa e faz todas as outras atividades, tão indispensáveis quanto a dele;

- c) o prejuízo das relações afetivas, pois devido às inúmeras atividades da casa, muitas vezes, a mulher não tem tempo para os filhos e para o marido. O trabalho passa a gerar angústia e passa a ser realizado sem amor. “A situação desgastante de rotina (...) acaba com o envolvimento afetivo e intelectual que o trabalhador teria com seu trabalho e essa relação vai se tornando fria, monótona e apática” (Cotrim, 1993, p. 30).
- d) que, ao ficar só em casa, o conhecimento que ela poderia ter, torna-se restrito ao lar, não amplia seu universo cultural, o que é extremamente importante para a ideologia machista;
- e) que o homem deve ajudar ou fazer as atividades domésticas.

Em “A hora passada a limpo”, a alienação da mulher é visível. Entretanto, silencia-se:

- a) que se o trabalho é realizado todos os dias da mesma forma, tornou-se monótono e já não tem sentido, pois “ao executar a rotina do trabalho alienado, o homem vai se transformando em escravo” (Cotrim, 1993, p. 30);
- b) a falta de oportunidade para que a mulher possa ser inserida no mercado de trabalho e, desse modo, romper com a condição em que vive;
- c) a dificuldade de romper com certas determinações sociais;
- d) a “feminina honradez” não é conseguida só com o trabalho doméstico;
- e) o vazio que é exercer uma atividade no anonimato.

4. Já no texto “Operário em Construção”, o autor parece revelar um modo de construção de uma ruptura através de um despertar de consciência. O “não” proferido pelo operário é o início de uma tomada de consciência. Diante, porém, do que revela Antunes (2003b) quando

fala dos mecanismos e procedimentos de controle que os donos do capital organizam para ganhar riqueza, poder e dominar os trabalhadores, o texto silencia:

- a) como e através de que tipo de meios se desenvolve uma consciência;
- b) como podem consciências desenvolvidas alterar um sistema social cuja força ideológica de manipulação e de dominação é descomunal, especialmente porque a questão do trabalho mexe com a sobrevivência;
- c) que só dizer “Não”, não é suficiente para atuar diante dos esquemas da legislação trabalhista e da força da ideologia;
- d) embora o operário ainda produza muitas coisas, seu espaço tem sido ocupado, cada dia mais, pelas máquinas, desse modo, “a crescente automatização tecnológica da produção vem suprimindo diversas tarefas rotineiras, antes desempenhadas pelos trabalhadores” (Cotrim, 1993, p. 36);
- e) o que acontece a um operário quando esse diz “não” ao seu patrão;
- f) que o diálogo entre os operários, para construir uma nova sociedade do trabalho, não é tão simples e fácil, porque um disputa o espaço do outro num mercado de pouco trabalho;
- g) o medo dos outros operários perderem seus trabalhos quando se tem um companheiro que vai contra o que o patrão impõe, conseqüentemente, haverá discriminação e o operário sentir-se-á excluído;
- h) o descomprometimento de uma classe que não luta ou exige pouco seus direitos.

Considerando que qualquer discurso, por ser ideológico, silencia determinados sentidos, o cotejo de textos possibilita fazer a compreensão desse processo e,

conseqüentemente, como entende Bakhtin (1992), fazer um julgamento do que é dito. E o que é dito, ao silenciar idéias e fatos, cria dificuldades para que a situação de um trabalhador se modifique. Isto é: um julgamento do que é dito envolve também avaliar o que é silenciado e o que esse silenciamento pode produzir como efeito na vida dos homens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sonho de um amanhã melhor, sem dúvida, passa pelo processo educacional que, infelizmente, não tem sido encarado por aqueles que ocupam posições de decisão na sociedade. Cidadãos educados serão homens conscientes e que darão, de forma crítica e responsável, voz às suas reivindicações. Lutarão para que o mundo seja digno das pessoas que o habitam e tornar-se-ão sujeitos da história. É por isso que:

a educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida de roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem – objeto ou educação para o homem – sujeito (Freire, 1980, p. 36).

O que propõe Freire é uma educação nova, uma educação transformadora e que rompa com os padrões estabelecidos. Quer uma educação capaz de libertar as mentes da ignorância e as vozes das exclusões ideológicas. Os homens conscientes serão capazes de refletir sobre o que acontece a sua volta e, assim, agir para não serem apenas figurantes de uma história contada e feita pelos que dominam, mas autores e agentes transformadores.

A educação, no entanto, “quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica” (Frigotto, 2000, p. 25), logo não será libertadora, porque estará a serviço dos interesses da classe dominante e, a ela, quanto menos conhecimento tiver o homem, mais fácil será para manipulá-lo, não podendo ele desenvolver

uma consciência crítica e nem se apropriar das idéias e conceitos que uma ideologia dominante silencia.

Percebe-se que a educação é sempre uma utopia no sentido de vir – a – ser, pois em um país como o Brasil, por exemplo, a maior parte da população é analfabeta ou semi-analfabeta e que, segundo Frigotto (2000), ela é vista como um mero fator de produção, “capital humano”. Diante desse quadro, fica difícil elaborar um projeto de educação como uma prática libertadora. É preciso, todavia, acreditar e lutar para que esse sonho possa, um dia, tornar-se realidade, pois “uma educação contra a opressão favorecerá um comportamento ativo, não acomodado, serviçal, comprometido, crítico, solidário, fraterno” (Werneck, 1996, p. 75).

Para que a educação tenha um novo horizonte, é necessário que o educador tenha consciência da situação e passe a agir de maneira inversa ao que o sistema exige, ou seja, ele não pode aceitar que “pela educação o educando aprende as relações sociais dominantes e adquire as informações que irão transformá-lo em uma peça a mais neste jogo de xadrez” (Alves, 1985, p.71). A educação precisa despertar a inquietude e a consciência crítica para que possa transformar a sociedade.

O professor de Língua Portuguesa, principalmente, tem um grande poder em suas mãos, porque, através dos textos que trabalha, pode fazer com que os alunos tenham um novo olhar diante do que lêem e passem a entender a linguagem não só como um instrumento de comunicação, mas também como meio de transformação social. A partir dos textos, os alunos poderão entender o jogo ideológico e o que a ideologia dominante quer que se aceite, pois eles refletem aquilo que ela impõe – a dominação. Na verdade, o que se almeja é que o aluno entenda não só o texto em si, aquilo que o autor disse, mas também o que ele não disse, os silenciamentos, porque é aí que a ideologia esconde a realidade e oprime, já que ela “desenvolve – se sobre uma lógica construída na base de lacunas, de omissões, de silêncios e

de saltos. Uma lógica montada para ocultar em vez de revelar, falsear em vez de esclarecer, esconder em vez de descobrir” (Cotrim, 1993, p. 57).

Então, a ideologia, através dos textos, busca seduzir as pessoas e faz com que elas se adaptem e se acomodem à sociedade, isso porque cada autor fala de um lugar social e emite juízos de valores. É por isso que Voese (2004) diz que:

o exercício do cotejo se mostra eficiente, particularmente por permitir entender os silenciamentos como condições que o autor tenta apagar para impedir a leitura do conflito social. Isto é: se a criança não tem acesso ao que se inscreve no texto como reflexo da realidade social, ela também não será capaz de atuar, como refração, sobre essa realidade.

Tomando, pois, os silenciamentos como tentativas de apagamento de vozes e de homogeneização de concepções diferentes do trabalho, eles podem ser considerados pistas de uma ação ideológica que procura garantir a aceitação de um determinado projeto de sociedade, em que lugares sociais consolidados são não só privilegiados mas também apresentados como a única forma de distribuição possível (2004, p. 127).

Constata-se que enquanto os alunos não entenderem os silenciamentos, eles não serão sujeitos de um processo educacional e, conseqüentemente, de uma sociedade transformadora, mas objetos de perpetuação da ideologia vigente e seres acomodados. Os textos analisados e também as atividades propostas pelos livros didáticos são exemplos dessa submissão, pois se colocam como absolutos e não proporcionam ao aluno o que Bakhtin chama de atividade responsiva e que Thompson coloca, então, como um processo de dominação.

Os textos estudados são perpassados por diferentes concepções de trabalho e linhas ideológicas:

- a) a que propõe o trabalho como uma forma de angariar dinheiro e consumir, por exemplo, “O trabalho”;
- b) a que considera o trabalho como um processo de humanização do homem, por exemplo, “O operário em construção”, “O pão de cada dia”;

- c) a que denuncia as condições de trabalho a que o homem se submete, mas que não propõe soluções, por exemplo, “O pão de cada dia”, “O padeiro”, “Mamãe não trabalha”, “A hora passada a limpo”;
- d) a que mostra a alienação do homem diante do trabalho, por exemplo, “ A hora passada a limpo”.

Em todos os textos, nota-se uma forte tendência ao capitalismo. Busca-se muito mais o ter do que o ser e isso, segundo Antunes (2003 b, p.175), ocorre porque “o capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva”, mudando, também, o mundo do trabalho, os valores etc.

Foram destacadas algumas linhas ideológicas que atravessam os textos, não significando que sejam só essas, outras, ainda, poderão ser vistas e analisadas, até porque, conforme Bakhtin, nenhum texto é acabado, ele pode possibilitar muitas interpretações e muitos sentidos, da mesma forma que várias idéias podem ser silenciadas para se evitar o conflito social. Desse modo, poder-se-ia dizer que os silenciamentos dos não-ditos ocorrem porque:

- a) o autor e /ou professor concordam quanto a orientação ideológica;
- b) o professor não concorda com a linha ideológica do texto, entretanto desconhece uma metodologia que revele os efeitos dos não-ditos;
- c) os textos levantam apenas uma questão, mas silenciam, diante da complexidade do problema, sobre o modo como encaminhar as transformações existenciais;
- d) o professor conhece a orientação ideológica e tem vontade de revelá-la, todavia está impossibilitado devido a posição que ocupa.

Essas são algumas hipóteses de ordem ideológica, porque outros argumentos poderão, também, ser levantados.

Assim, as análises dos textos permitiram que a hipótese deste trabalho fosse confirmada plenamente, ou seja, os textos silenciam muitas idéias, o que prejudica o desenvolvimento da consciência transformadora dos alunos. Isto é, os textos refletem e reproduzem, muitas vezes, uma sociedade injusta e opressora e não permitem a compreensão ampla do contexto que envolve o trabalho humano. Logo, produz-se um indivíduo de consciência individualista e que pensa que para crescer precisa agir individualmente. É, então, através da interação que o indivíduo prospera, porque troca experiências, aprende e ensina.

Por isso, a atividade com textos destaca a importância de revelar os silenciamentos, pois, a partir da compreensão desse processo, pode haver as mudanças que beneficiem a todos. Afirmar isso não significa dizer que não haverá mais ideologia e silenciamento, pois, como já se sabe, todo discurso é ideológico e, por isso, sempre silencia alguns sentidos. Entretanto, ao saber sobre os silenciamentos que necessariamente ocorrem, pode-se ter uma postura menos alienante e, desse modo, entender que o discurso é fundamental para que as pessoas possam reconhecer o mundo e a si mesmas, pois, segundo Bakhtin, “é através da linguagem que elas se tornam conscientes e começam a agir sobre o mundo, com e contra os outros” (apud Stam, 1992, p. 32).

Para Heller, a superação do dilema de todo discurso ser ideológico pode, entre outras posturas, considerar que se para os interlocutores

(...) for bem clara a afinidade de seus valores e de suas interpretações com uma concreta unidade social, ou seja, com uma classe, uma camada, uma nação, uma cultura, etc., se adquirem uma consciência cada vez maior desse fato e, portanto, não se enganam quanto ao momento ideológico dos seus valores. Todo partner da discussão tem o direito de pôr em evidência também as afinidades particulares dos valores e das interpretações do outro, mas na condição de fazer o mesmo com seus próprios valores. A tarefa de quem participa numa discussão reside, portanto, num processo ininterrupto e consciente de libertação dos momentos ideológicos da própria interpretação de valores (1983, p. 132).

Nas aulas de Língua Portuguesa, portanto, não se pode fazer como se os silenciamentos não ocorressem, pois, omitindo-os, o ensino estará contribuindo para que a

ideologia dominante se perpetue. E essa não deve ser a postura de uma escola que diz querer formar cidadãos críticos e capazes de refletir sobre o seu mundo. A postura do educador deve ser transformadora, fazendo com que os educandos vejam não só o que está dito, mas o que a ideologia faz questão de esconder. A educação não pode ser encarada só como aquela que prepara para o mercado de trabalho, pois, conforme Voese, dessa forma, “a escola (...) exime-se de questões que se referem ao desenvolvimento do homem como ser social, o que, evidentemente, nada tem a ver com educação libertadora, mas com o atendimento de algo muito vagamente justificado como “vontade” ou leis do mercado” (2003, p. 28).

Propõe-se, pois, uma educação que, segundo Chalita (2001), seja capaz de fazer o homem aprender a aprender e que tenha capacidade de entender e, principalmente, intervir no mundo em que vive. Para que essa educação inovadora possa se tornar realidade, a escola não pode mais ser apenas transmissora de conteúdos, pois isso só serve para que os sentidos de um texto, por exemplo, sejam reproduzidos e, conseqüentemente, muitos outros silenciados. Zozzoli (2002) propõe um trabalho que leve em conta uma resposta ativa do aluno, ou seja, uma atividade que “tem como base a idéia de não apenas denunciar o *consumo-receptáculo* (...), mas observar, nos textos produzidos, indícios do que denomino *produção responsiva ativa*, conceito formulado a partir da noção de *compreensão responsiva ativa de Bakhtin*” (p. 18). Essa é, pois, uma proposta que merece ser considerada importante, ou seja, no contato com o texto o aluno precisa levar em conta também o não dito e, diante dele, ter uma resposta, uma postura dialógica e, acima de tudo, crítica. A partir do momento em que o professor levar os alunos a perceberem o que está silenciado nos textos, com certeza, estes deixarão de perpetuar a ideologia e, conseqüentemente, não serão mais indivíduos passivos e meros reprodutores, mas, sobretudo, sujeitos com autonomia e capazes de uma *produção responsiva ativa*, ou seja, “seria, portanto, a continuidade dessa atitude que se inicia na compreensão e se desenvolve para além de um novo texto produzido, considerado, dessa forma, não como

produto, mas como parte de um processo que se estabelece na interação verbal e não verbal e que não se conclui na materialidade dos textos” (Zozzoli, 2002, p. 20-21). Para que o aluno possa ter esse olhar, certamente, o papel do professor é decisivo, especialmente considerando que não basta só o educador querer mostrar ao educando a importância de uma análise crítica do texto, porque este também precisa compreender e querer participar do processo, pois, conforme Freire, “o homem deve ser sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém” (1991, p. 28).

A educação seria, portanto, o processo capaz de fazer o homem participar ativamente da sociedade, pois, ela pode propiciar às pessoas acesso a uma formação consciente e fazê-las enxergar essa realidade que se descortina cada vez mais assustadora e desumanizante. Entretanto, segundo Cavalcante (2002, p. 85-86):

isso não acontece. Inserida numa sociedade em constantes mutações, a instituição escolar, embora às vezes aquinhoadada de alguns equipamentos sofisticados (aparelhos de vídeo, micro-computadores etc.), não tem desempenhado a contento sua função, uma vez que não tem conseguido assegurar sequer o domínio das habilidades de leitura e de escrita a uma grande fatia da sociedade que a ela tem acesso. Essa realidade aumenta o fosso, cada vez maior, entre uma minoria a que “navega” via Internet e uma maioria assustadora da sociedade que é excluída da participação dos bens do desenvolvimento tecnológico”.

Se a educação não conseguir desempenhar seu papel, certamente, ter-se-ão indivíduos com mentes fechadas e que não são capazes de perceber o mundo a sua volta. Então, para que a educação possa cumprir sua função, é necessário mais comprometimento político, pois, segundo Freire (1991), a educação é sempre um ato político. A falta de uma política educacional séria e comprometida gera “insegurança na condução da prática pedagógica e a presença de concepções e práticas ingênuas e ou equivocadas” (Cavalcante, 2002, p. 86) e, em razão disso, pessoas assujeitadas ao sistema que aí se instala. É importante dizer que a educação é um direito de todos, porém,

o que se oferece à maioria da população é uma rede escolar precária em todos os sentidos, e mesmo com escolas funcionando com oito períodos diários (...) não chega a atender todas as crianças em idade escolar. (...) O crônico problema do analfabetismo no Brasil continua insolúvel, como atesta Luiz Araujo Filho, assessor do MEC: “Trinta milhões de brasileiros são analfabetos funcionais, isto é, embora sabendo desenhar o nome e decifrar algumas palavras, não compreendem o que lêem e vinte milhões são analfabetos absolutos, que não sabem sequer assinar o nome” (Buffa, 2001, p. 29).

Entretanto, embora a situação não seja simples, afirma-se que se o homem é capaz de reproduzir a sociedade, também pode mudá-la. Então, os textos ocupam um lugar importante quando não são apenas decodificados, mas parte de uma

prática de produção de sentidos, historicamente determinada, um processo de desvelamento, confronto, construção/ desconstrução de sentidos por um sujeito determinado, que, inscrito em determinada condição sócio-histórica, diante de uma materialidade discursiva, identificando-se ou não com o sujeito/ enunciante, com ele estabelece uma interlocução – ratificando, refutando, re-significando os sentidos aí existentes (Cavalcante, 2002, p. 91).

O sonho deve fazer parte do homem, por isso, acredita-se num indivíduo indagador e inquieto, que busque a liberdade e a autonomia para agir. Almeja-se, também, uma escola que rompa com o discurso autoritário e que seja capaz de ajudar na formação desse novo homem consciente. Que ela entenda que o processo educativo tem de ser dialógico e que quanto mais o educando interagir, mais enriquecida será sua consciência e, conseqüentemente, mais crítica, pois “quanto mais forte, mais bem organizada e diferente for a coletividade no interior da qual o indivíduo se orienta, mais distinto e complexo será o seu mundo interior” (Bakhtin, 1997, p. 115). Dessa forma, a escola precisa romper com essa pedagogia que

ao invés de desenvolver e libertar, desmerece a inteligência dos alunos ao negar-lhes as oportunidades e os meios para se constituírem como sujeitos. Uma mudança de situação inclui, evidentemente, consciências e mentalidades abertas e exige uma correta apropriação do problema e construção de condições de transformação de modo que haja disposição para conviver com diferenças e para cultivar relações dialógicas (Voese, 2003, p. 29).

Ao entender que a prática pedagógica deve ser encarada como um processo dialógico, certamente, a escola propiciará uma educação ativa e que não concebe o homem como um ser acabado, mas como sujeito de uma prática libertadora.

Através da análise que se fez, percebe-se quão rico pode ser um texto para despertar uma consciência relativamente autônoma se o professor souber conduzir o processo educativo. Da mesma forma, pode ser, também, extremamente destruidor da criticidade, pois ele é ideológico e, conforme Freire (1997, p. 142):

o poder da ideologia me faz pensar nessas manhãs orvalhadas de nevoeiro em que mal vemos o perfil dos ciprestes como sombras que parecem muito mais manchas das sombras mesmas. Sabemos que há algo metido na penumbra mas não o divisamos bem. A própria “miopia” que nos acomete dificulta a percepção mais clara, mais nítida da sombra. Mais séria ainda é a possibilidade que temos de docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos é o que na verdade é, e não a verdade distorcida. A capacidade de penumbrar a realidade, de nos “miopizar”, de nos ensurdecer que a ideologia faz, por exemplo, a muitos de nós, aceitar docilmente o discurso cinicamente fatalista neo-liberal que proclama ser o desemprego no mundo uma desgraça do fim de século. Ou que os sonhos morreram e que o válido hoje é o “pragmatismo” pedagógico, é o treino técnico-científico do educando e não sua formação de que já se fala.

Assim, se no trabalho com textos o educador conseguir revelar e fazer com que o educando perceba os silenciamentos aí presentes, efetivamente, contribuirá para a formação de um homem com uma visão alicerçada na criticidade. Tendo esse entendimento, os textos que abordam o trabalho revelarão o que um jovem, por exemplo, precisa saber sobre as profissões e sobre a realidade que enfrentará. Um trabalho dessa natureza possibilitará a inserção consciente do educando na sociedade e transformará

as aulas em um espaço impregnado de realidade e de diferentes possibilidades de leitura, trazendo para dentro delas não conteúdos vazios, mas problemas reais, que permitam ao aluno questionar a realidade, dissecá-la, enriquecer sua consciência através do contato com diferentes concepções de mundo. Estaremos possibilitando ao aluno o acesso a um conhecimento que lhe permitirá entender melhor não só o texto escrito, mas a realidade em que vive, desvelando-a, descobrindo sua identidade e buscando formas de nela atuar (Cavalcante, 2002, p. 102).

Em resumo, o que a presente pesquisa permite propor é uma educação que opere também sobre os silenciamentos que, aqui, foram analisados em textos que falam sobre o

trabalho. Entretanto, sugere-se que outros textos com temáticas diferentes também sejam alvos de pesquisa, não só trabalhados nos Ensino Fundamental e Médio, mas também Superior e até textos não verbais utilizados, por exemplo, na educação infantil, pois se os silenciamentos se fizerem presentes desde esse nível e o professor souber abordá-los, provavelmente, quando esse educando, agora criança, tornar-se adulto, sua visão de mundo será extremamente consciente e crítica.

Acredita-se que este trabalho poderá contribuir para que educadores, principalmente de Língua Portuguesa, tenham uma outra postura diante da educação e diante do trabalho com textos.

Vale a pena lutar contra os obstáculos que, muitas vezes, a educação enfrenta e, acima de tudo, sonhar com um futuro melhor, próximo ou longínquo, pois “se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar. Lido com gente e não com coisas” (Freire, 1997, p. 163).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Trabalhar pra quê? In: KUPTAS, Márcia (org.). **Trabalho em debate**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2000.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristovão & CASTRO, Gilberto (orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 3ª ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.
- BOURGOGNE, Cleuza Vilas Boas & SILVA, Lilian Santos. **Interação & Transformação**. Vol. III. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel, NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. A leitura na escola: concepções e prática. **Ler e produzir**: discurso, texto e formação do sujeito leitor/ produtor, Maceió, EDUFAL, 2002.
- CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português**: linguagens. Vol. I, 3ª ed. São Paulo: Atual, 1999.
- CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Editora Gente, 2001.
- CLARK, Katerina & HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. Trad. J. Giunzburg. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**: ser, saber e fazer. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- CUNHA, José Auri. **Filosofia**: iniciação à investigação filosófica. São Paulo: Atual, 1992.

- DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: Senac, 2002.
- DUARTE, Newton. **A individualidade para-si.** Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 1999.
- DUCROT, O. **Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer.** São Paulo: Cultrix, 1977.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristovão & CASTRO, Gilberto (orgs.). **Diálogos com Bakhtin.** 3ª ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: UnB, 2001.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia.** São Paulo: Ática, 1997.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** 7ª ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **Educação como prática da liberdade.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Vygotsky e Bakhtin – Psicologia e Educação : um intertexto.** 4ª ed. São Paulo: Ática, 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GUIMARÃES, Vicente, **Anel de vidro.** Rio de Janeiro: Americana, s.d.
- HELLER, Agnes. **A Filosofia Radical.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- MACHADO, Irene A. **O romance e a voz: a prosaica dialógica de Mikhail Bakhtin.** Rio de Janeiro: Imago Ed., São Paulo: FAPESP, 1995.
- MELLO, Thiago. **Faz escuro mas eu canto.** Rio de Janeiro: Record, 199-.
- NEGRINHO, Maria Aparecida. **Aulas de Redação.** Vol. III. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. **Aulas de Redação.** Vol. IV. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1998.
- NICOLA, José de. **Língua, literatura e redação.** Vol. III. 8ª ed. São Paulo: Scipione, 1998.
- OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: SILVA, Fábio Lopes & MOURA, Heronildes Maurílio de Melo (orgs.). **O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico.** Florianópolis: Insular, 2000.
- POSSENTI, Sírio. **Os Limites do Discurso.** Curitiba: Criar Edições, 2002.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Proposta Curricular: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.** Florianópolis, COGEN, 1998.
- SCHWARTZ, Gilson. **As profissões do futuro.** São Paulo: Publifolha, 2000.
- SILVA, Antônio de Siqueira et all. **Tecendo textos: ensino de língua portuguesa através de projetos.** Vol. IV. 1ª ed. São Paulo: IBEP, 1999.
- STAM, Robert. **Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa.** Trad. Heloísa Jahn. São Paulo: Ática, 1992.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1995.

TOLEDO, Vera Vilhena de & Gancho, Cândida Vilarés. Mulheres e homens com as mãos na massa. In: KUPTAS, Márcia (org.). **Trabalho em debate**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 2000.

VOESE, Ingo. **Mediação dos conflitos como negociação de sentidos**. Curitiba: Juruá, 2000.

_____. **O movimento dos sem-terras na imprensa**: um exercício de análise do discurso. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 1998.

_____. Considerações sobre o ensino de Língua Portuguesa à luz de uma teoria do discurso. **Linhas**, Florianópolis, v. 4, n. 01, p.25-46, jan. / jun. 2003.

_____. **Análise do discurso e o ensino de língua portuguesa**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Sobre as noções de língua e discurso. Tubarão: Unisul, 2004, mimeo.

ZOZZOLI, Rita Maria Diniz. Compreensão e produção responsivas ativas: indícios nas produções dos alunos. **Ler e produzir**: discurso, texto e formação do sujeito leitor/ produtor, Maceió, EDUFAL, 2002.

WERNECK, Hamilton. **Ensinamos demais, aprendemos de menos**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ANEXO A – O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

O operário em construção⁴

Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.

De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um tijolo
Valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
Com pá, cimento e esquadria
Quanto ao pão, ele o comia...
Mas fosse comer tijolo!
E assim o operário ia
Com suor e com cimento
Erguendo uma casa aqui
Adiante um apartamento
Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse, eventualmente
Um operário em construção.
Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia

⁴ Texto completo de Vinícius de Moraes, uma vez que o analisado estava incompleto.

À mesa, ao cortar o pão
 O operário foi tomado
 De uma súbita emoção
 Ao constatar assombrado
 Que tudo naquela mesa
 Garrafa, prato, facão –
 Era ele quem os fazia
 Ele, um humilde operário,
 Um operário em construção
 Olhou em torno: gamela
 Banco, enxada, caldeirão
 Vidro, parede, janela
 Casa, cidade, nação!
 Tudo, tudo o que existia
 Era ele quem o fazia
 Ele, um humilde operário
 Um operário que sabia
 Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento
 Não sabereis nunca o quanto
 Aquele humilde operário
 Soube naquele momento!
 Naquela casa vazia
 Que ele mesmo levantara
 Um mundo novo nascia
 De que sequer suspeitava.
 O operário emocionado
 Olhou sua própria mão
 Sua rude mão de operário
 De operário em construção
 E olhando bem para ela
 Teve um segundo a impressão
 De que não havia no mundo
 Coisa que fosse mais bela.

Foi dentro da compreensão
 Desse instante solitário
 Que, tal sua construção
 Cresceu também o operário.
 Cresceu em alto e profundo
 Em largo e no coração
 E como tudo que cresce
 Ele não cresceu em vão.
 Pois além do que sabia
 Exercer a profissão
 O operário adquiriu
 Uma nova dimensão:
 A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu
 Que todos admiravam:
 O que o operário dizia
 Outro operário escutava.
 E foi assim que o operário
 Do edifício em construção
 Que sempre dizia sim
 Começou a dizer não.
 E aprendeu a notar coisas
 A que não dava atenção:

Notou que sua marmitta
 Era o prato do patrão
 Que sua cerveja preta
 Era o uísque do patrão
 Que seu macacão de zuarte
 Era o terno do patrão
 Que o casebre onde morava
 Era a mansão do patrão
 Que seus dois pés andarilhos
 Eram as rodas do patrão
 Que a dureza do seu dia
 Era a noite do patrão
 Que sua imensa fadiga
 Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!
 E o operário fez-se forte
 Na sua resolução.
 Como era de se esperar
 As bocas da delação
 Começara, a dizer coisas
 Aos ouvidos do patrão
 Mas o patrão não queria
 Nenhuma preocupação
 _" Convençam-no do
 contrário" –
 Disse ele sobre o operário
 E ao dizer isso sorria.
 Dia seguinte, o operário
 Ao sair da construção
 Viu-se de súbito cercado
 Dos homens da delação
 E sofreu, por destinado
 Sua primeira agressão.
 Teve seu rosto cuspidos
 Teve seu braço quebrado
 Mas quando foi perguntado
 O operário disse Não!

Em vão sofrera o operário
 Sua primeira agressão
 Muitas outras se seguiram
 Muitas outras seguirão.
 Porém, por imprescindível
 Ao edifício em construção
 Seu trabalho prosseguia
 E todo o seu sofrimento
 Misturava-se ao cimento
 Da construção que crescia

Sentindo que a violência
 Não dobraria o operário
 Um dia tentou o patrão
 Dobrá-lo de modo vário
 De sorte que o foi levando
 Ao alto da construção
 E num momento de tempo
 Mostrou-lhe toda a região
 E apontando-a ao operário
 Fez-lhe esta declaração:

_ Dar – te – ei todo esse poder
 E a sua satisfação
 Porque a mim me foi entregue
 E dou – o a quem quiser.
 Dou – te tempo de lazer
 Dou – te tempo de mulher.
 Portanto, tudo o que vês
 Será teu se me adorares
 E, ainda mais, se abandonares
 O que te faz dizer Não.”
 Disse, e fitou o operário
 Que olhava e que refletia
 Mas o que via o operário
 O patrão nunca veria.
 O operário via casas
 E dentro das estruturas
 Via coisas, objetos
 Produtos, manufaturas.
 Via tudo o que fazia
 E em cada coisa que via
 Misteriosamente havia
 A marca de sua mão.
 E o operário disse: Não!
 _ “Loucura!”- gritou o patrão
 “Não vês o que te dou eu?”
 _ “Mentira!” – disse o
 operário
 “Não podes dar-me o que é meu.”

E um grande silêncio fez-se
 Dentro do seu coração
 Um silêncio de martírios
 Um silêncio de prisão.
 Um silêncio povoado
 De pedidos de perdão
 Um silêncio apavorado
 Com o medo em solidão.

Um silêncio de torturas
 E gritos de maldição
 Um silêncio de fraturas
 A se arrastarem no chão.
 E o operário ouviu a voz
 De todos os seu irmãos
 Os seus irmãos que morreram
 Por outros que viverão.
 Uma esperança sincera
 Cresceu no seu coração
 E dentro da tarde mansa
 Agigantou-se a razão
 De um homem pobre e esquecido
 Razão porém que fizera
 Em operário construído
 O operário em construção.
 (MORAES, Vinícius de apud Cotrim, 1993)

Este trabalho foi digitado conforme o Modelo:
“Dissertação”
do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem
da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
desenvolvido pelo Prof. Dr. Fábio José Rauen.